



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 183

PORTO VELHO-RO, QUARTA-FEIRA, 26 DE OUTUBRO DE 2016

ANO V



SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
ASSESSORIA DA MESA	3660
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO	3661
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES	3662
ADVOCACIA GERAL	3662
SEC. DE PLAN. E MOD. DA GESTÃO	3664

TAQUIGRAFIA

ATA DA 44ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

Em 18 de outubro de 2016

Presidência dos Srs.

Sra. Lúcia Tereza - Deputada
Sr. Edson Martins - 1º Vice-Presidente
Sr. Marcelino Tenório - Deputado

Secretariado pelo Sr.
Lebrão - 1º Secretário

(Às 15 horas e 11 minutos é aberta a Sessão)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Airton Gurgacz (PDT), Alex Redano (PRB), Cleiton Roque (PSB), Edson Martins (PMDB), Hermínio Coelho (PDT), Jean Oliveira (PMDB), Jesuino Boabaid (PMN), Laerte Gomes (PSDB), Lázinho da Fetagro (PT), Lebrão (PMDB), Leo Moraes (PTB), Lúcia Tereza (PP), Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PMDB), Ribamar Araújo (PR) e Saulo Moreira (PDT).

DEPUTADOS AUSENTES: Dr. Neidson (PMN), Ezequiel Júnior (PSDC), Glaucione (PMDB), Rosângela Donadon (PMDB) e Só Na Bença (PMDB).

A SRA. LÚCIA TEREZA (Presidente) – Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense,

declaro aberta a 44ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura da ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Procede à leitura da ata da Sessão anterior.

(Às 15 horas e 21 minutos a senhora Lúcia Tereza passa a presidência ao senhor Edson Martins)

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo observação, dou-a por aprovada.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura do Expediente recebido.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Procede à leitura do Expediente recebido.

EXPEDIENTE RECEBIDO

01 – Mensagem nº 191/2016 – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que “Estabelece requisitos para aprovação de Plano de Manejo Florestal em áreas de posse rural, tendo como objetivo o desenvolvimento sustentável”.

02 – Mensagem nº 192/2016 – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que “Dispõe sobre a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública estadual, direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências”.

03 – Mensagem nº 193/2016 – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que “Acrescenta dispositivo à Lei nº 3.686, de 8 de dezembro de 2015, que ‘Dispõe sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental do Estado de Rondônia e dá outras providências’”.

MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**
2º Vice-Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2ª Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **ALEX REDANO**
4ª Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Departamento legislativo - **Huziel Trajano Diniz**
Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

04 – Mensagem nº 194/2016 – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que “Institui a reserva de 10% de vagas para portadores de necessidades especiais em estágio e programa menor aprendiz e prevê a realização de processo seletivo para contratação de estagiários”.

05 – Mensagem nº 195/2016 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Anulação, até o montante de R\$ 9.623.192,05, em favor das Unidades Orçamentárias: Fundo Previdenciário Capitalizado – FUNPRECAP, Fundo Especial do Corpo de Bombeiros Militar – FUNESBOM, Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Estado – FHEMERON e Instituto de Pesos e Medidas – IPEM”.

06 – Mensagem nº 196/2016 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação, até o montante de R\$ 2.029.220,00, em favor da Unidade Orçamentária: Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza de Rondônia – FECOEP/RO”.

07 – Mensagem nº 197/2016 – Poder Executivo, encaminhando Veto Parcial ao Projeto de Lei que “Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 2.590, de 28 de outubro de 2011, que ‘Dispõe sobre criação do combate ao Bullying no âmbito do Estado de Rondônia’”.

08 – Mensagem nº 198/2016 – Poder Executivo, encaminhando Veto Parcial ao Projeto de Lei que “Institui a Campanha Permanente de Orientação, Conscientização, Combate e Prevenção ao Zika Vírus e ao Surto de Microcefalia nas Escolas de todo o Estado de Rondônia e dá providências”.

09 – Mensagem nº 199/2016 – Poder Executivo, encaminhando Veto Parcial ao Projeto de Lei que “Institui o Projeto Plantando o Verde nas Escolas da Rede Pública de Ensino no âmbito do Estado de Rondônia”.

10 – Mensagem nº 200/2016 – Poder Executivo, encaminhando Veto Parcial ao Projeto de Lei que “Institui a Semana Estadual de Prevenção e Combate ao surto de Microcefalia associada ao vírus Zika e dá outras providências”.

11 – Mensagem nº 201/2016 – Poder Executivo, encaminhando Veto Parcial ao Projeto de Lei que “Institui no Estado de Rondônia o Programa Doador Solidário do Amanhã”.

12 – Mensagem nº 202/2016 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Superávit Financeiro, até o montante de R\$ 480.140,00, em favor da Unidade Orçamentária: Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS”.

13 – Ofício nº 3725/2016 – DITEL, encaminhando resposta ao Requerimento nº 735/16, de autoria do Senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

14 – Ofício nº 3728/2016 – DITEL, encaminhando resposta ao Requerimento nº 736/16, de autoria do Senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

15 – Ofício nº 2540/2016 – Gabinete do Governador, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 2954/16, de autoria do Senhor Deputado Só na Bença.

16 – Ofício nº 697/2016 – Tribunal de Justiça, informando que declarou procedente a ação, para declarar a inconstitucionalidade do parágrafo único do art. 6º, da LC nº 536/2009 e, por arrastamento, o art. 1º da LC nº 579/2010, objeto da ADIN nº 0002826-59.2013.8.22.0000.

17 – Ofício Circular nº 01/2016 – Deputado Estadual do Amazonas Belarmino Lins, encaminhando cópia do Requerimento Parlamentar nº 2.354/2016, o qual trata de Moção de Apelo, em favor da regulamentação da profissão de Cerimonialista no País.

18 – Ofício S/N – Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, solicitando a ALE/RO que encaminhe à CPI dos Frigoríficos em Mato Grosso, cópia dos ofícios protocolizados perante o CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica, o Ministério Público de Rondônia e Ministério Público Federal, com intuito de investigar possível cartel dos frigoríficos de abate de bovinos no Estado de Rondônia.

19 – Ofício nº 1597/2016 – DETRAN, informando sobre a Coleta Biométrica para serviços de CNH, no Município de Espigão do Oeste.

20 – Carta Circular nº 024/2016 – FIERO, manifestando seu apoio em referência ao Projeto de Lei nº 102/2016, visto a oportunidade de ver solucionado o problema energético do Estado.

21 – Ofício nº 11459/2016 – Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania, encaminhando Relatório de Visitas as Unidades do Estado de Rondônia.

22 – Ofício nº 1695/2016 – CAIXA, notificando sobre créditos de recursos financeiros, que tem por objetivo a Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Ji-Paraná.

23 – Requerimento da Senhora Deputada Glaucione, justificando ausência nas sessões dos dias 2 e 23 de agosto, 6 e 27 de setembro e 4 de outubro de 2016.

24 – Requerimento do Senhor Deputado Lebrão, justificando ausência nas sessões dos dias 13 e 27 de setembro de 2016.

25 – Requerimento do Senhor Deputado Airton Gurgacz, justificando ausência na sessão do dia 11 de outubro de 2016.

26 – Requerimento do Senhor Deputado Luizinho Goebel, justificando ausência nas sessões dos dias 6 e 13 de setembro de 2016.

27 – Requerimento do Senhor Deputado Só na Bença, justificando ausência nas sessões dos dias 13 de setembro e 18 de outubro de 2016.

28 – Requerimento do Senhor Deputado Laerte Gomes, justificando ausência nas sessões dos dias 13 e 27 de setembro de 2016.

29 – Comunicado nº AL127244/2016 a AL127270/2016 – Ministério da Educação, informando a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Lido o Expediente recebido, passamos às Breves Comunicações. Nas Breves Comunicações não há oradores inscritos. Encerradas as Breves Comunicações passamos à Ordem do Dia.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura das proposições recebidas.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Procede à leitura das proposições recebidas.

APRESENTAÇÃO DE MATÉRIAS

- PROJETO DE LEI DA DEPUTADA LÚCIA TEREZA. Dispõe sobre a obrigatoriedade aos concursos públicos realizados no Estado de Rondônia de divulgar os gabaritos acompanhados da justificativa de cada resposta apontada pela banca examinadora.

- PROJETO DE LEI DA DEPUTADA LÚCIA TEREZA. Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Apadrinhamento Afetivo “Um Lar para os Idosos”, no âmbito do Estado de Rondônia e dá outras providências.

- PROJETO DE LEI DA DEPUTADA LÚCIA TEREZA. Dispõe sobre a criação da Delegacia Eletrônica de Proteção as Pessoas com Deficiência e Idosos – DEPPDI, e dá outras providências.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO JEAN OLIVEIRA. Concede Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao Senhor Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Blairo Borges Maggi.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAI. Requer à Mesa Diretora, cópia na íntegra dos documentos, no que tange a Mensagem nº196, de 14 de outubro de 2016, do Poder Executivo, referente ao Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação, até o montante de R\$ 2.029.220,00, em favor da Unidade Orçamentária Fundo Estadual de Combate a Erradicação da Pobreza de Rondônia – FECOE/RO.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAI. Requer à Mesa Diretora, cópia na íntegra dos documentos, no que tange a Mensagem nº 202, de 17 de outubro de 2016, do Poder Executivo, referente ao Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Superávit Financeiro, até o montante de R\$ 480.140,00, em favor das Unidades Orçamentárias Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS”.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAI. Requer Voto de Louvor, para os 07 (sete) Policiais Militares Voluntários do Projeto “Cão Terapia”, do 4º Batalhão da Polícia Militar de Cacoal - RO.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAI. Requer Voto de Pesar, para o SD PM Bianor Salles Cochi Junior, que faleceu na madrugada, dia 17 de outubro de 2016, decorrente de homicídio ocorrido no Espaço Alternativo, nesta capital.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 462/2016.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA LÚCIA TEREZA. Requer à Mesa na forma regimental a retirada de tramitação do Projeto de Lei Ordinário nº 475/2016, que “inclui a disciplina “Educação Ambiental” no ensino fundamental e médio, na Rede de Ensino Público do Estado de Rondônia e fixa outras providências” de autoria da Excelentíssima Deputada Lúcia Tereza Rodrigues.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade conclusão da pavimentação asfáltica na Estrada 13 de Setembro, bairro Aeroclube em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Vasco da Gama, bairro Três Marias em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Alto Brasil, bairro Três Marias em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Zelinus Nascimento, bairro Três Marias em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua América, bairro Três Marias em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Clementina de Jesus, bairro Três Marias em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Rodrigues Alves, bairro Três Marias em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Corumbá, bairro Três Marias em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Henrique Valente, bairro Três Marias em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Adoniran Barbosa, bairro Três Marias em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Quincas Borba, bairro Três Marias em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Beira Sul, bairro Três Marias em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Aristides Naefener, bairro Três Marias em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Ponte Preta, bairro Três Marias em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Vila Nova, bairro Três Marias em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Santa Cruz, bairro Três Marias em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Guarani, bairro Três Marias em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Portuguesa, bairro Três Marias em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Paysandu, bairro Três Marias em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Flamengo, bairro Três Marias em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Cruzeiro, bairro Três Marias em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Marte, bairro Três Marias em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Corrupião, bairro Três Marias em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua América do Sul, bairro Três Marias em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Pernambuco, bairro Três Marias em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Silvia Só, bairro Três Marias em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Aracari, bairro Três Marias em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Cabo Verde, bairro Três Marias em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Beija Flor, bairro Três Marias em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Alto Paraíso, bairro Três Marias em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Gralha Azul, bairro Três Marias em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Nova Galileia, bairro Três Marias em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Capão Novo, bairro Três Marias em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Ponto Coqueiro, bairro Três Marias em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Marechal Taumaturgo, bairro Três Marias em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Santa Rosa, bairro Três Marias em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Fernando Conde, bairro Três Marias em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Ponta Negra, bairro Três Marias em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Salto do Céu, bairro Três Marias em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Serra Dourada, bairro Três Marias em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua São Gabriel, bairro Três Marias em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Piratini, bairro Três Marias em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Cruz Alta, bairro Três Marias em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Santiago, bairro Três Marias em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Liberdade, bairro Três Marias em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Caçapava, bairro Três Marias em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Novo Hamburgo, bairro Três Marias em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Livramento, bairro Três Marias em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Marajó, bairro Três Marias em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Canárias, bairro Três Marias em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Capão da Canoa, bairro Três Marias em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Celebridade, bairro Três Marias em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Aparecida, bairro Três Marias em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Cidade, bairro Três Marias em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Camaquã, bairro Três Marias em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Indica ao Poder Executivo, que interceda junto ao órgão competente, a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Silvania, em toda sua extensão e ruas adjacentes, no bairro Nova Esperança do município de Porto Velho- RO.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LEBRÃO. Indica ao Senhor Governador do Estado de Rondônia, através do Departamento de Estradas e Rodagens e Transportes – DER, a necessidade de encascalhamento de alguns pontos críticos da RO 010 que liga Brasilândia à Alvorada d'Oeste/RO.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LEBRÃO. Indica ao Poder Executivo do Estado de Rondônia, com cópia aos órgãos competentes, a implantação da Fundação Universidade Estadual de Rondônia – UERO, criada através da Lei nº 543, de 28 de dezembro de 1993, publicado no DOE nº 2930, de 29 de dezembro de 1993, na LOA 2017.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Indica ao Poder Executivo Estadual à necessidade de instituir no Estado de Rondônia o acesso gratuito dos portadores de hiperplasia benigna ou câncer de pulmão, DPOC, asma grave e enfisema pulmonar, à medicação de prescrição.

- INDICAÇÃO DA DEPUTADA LÚCIA TEREZA. Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, com cópia a Casa Civil, que interceda junto ao órgão competente, a necessidade de construir uma torre para transmissão de sinais telefônicos em todo o Distrito de Novo Paraíso, no Município de São Felipe d'Oeste/RO.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO. Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado com cópia ao Diretor Geral do Departamento de Estradas e Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos (DER), da necessidade de recuperação

com patrolamento e cascalhamento do travessão B-65 que dá acesso a RO-205 ao município de Rio Crespo.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO. Indica ao Excelentíssimo Governador com cópia ao Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos (DER), da necessidade de asfaltamento da Linha D, dentro dos Distritos de Nova Dimensão, Palmeiras e Jacinópolis.

- INDICAÇÃO DA DEPUTADA LÚCIA TEREZA. Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, que determine através do Departamento de Estradas, Rodagens, Infraestrutura e Serviços Públicos – DER/RO, a estadualização do Trecho RO 133 (Estrada do Calcário) ao Assentamento Nosso Caminho, no município de Espigão d'Oeste/RO.

- INDICAÇÃO DA DEPUTADA LÚCIA TEREZA. Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, que determine através do DER/RO, a estadualização do Trecho RO 387 (Estrada do Canelinha) ao Distrito 14 de abril (postinho), no município de Espigão d'Oeste/RO.

- REQUERIMENTO DO JESUÍNO BOABAI. Requer a Mesa Diretora, que solicite informações ao Comandante Geral da Polícia Militar, e ao mesmo tempo ao Comandante Geral do Corpo de Bombeiro Militar, a respeito da Convocação dos Excedentes do Concurso Público da Polícia e Bombeiro Militar no âmbito do Estado de Rondônia.

Lidas as matérias senhor Presidente.

O SR. AÉLCIO DA TV – Questão de ordem Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não ilustre Deputado Aécio da TV.

O SR. AÉLCIO DA TV – Eu quero registrar a presença e parabenizar pela brilhante vitória da nossa vereadora e ex-assessora de imprensa minha, a minha amiga Cristiane Lopes, a nossa vereadora de Porto Velho, foi eleita no último dia 2 e com certeza vai representar muito bem a população de Porto Velho, ali na Câmara Municipal, obrigado pela presença Cris.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Registrar e agradecer e parabenizar ao mesmo tempo a Cristiane Lopes, pela expressiva votação, vereadora eleita para o próximo mandato aí no legislativo do nosso município de Porto Velho, a nossa capital. Parabéns Cristiane, parabéns e Deus que ilumine e lhe dê, que você faça um bom mandato. Doutor Lúcio também do Candeias, muito obrigado pela presença.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAI. Requer Voto de Pesar para o Soldado PM Bianor Sales Cocchi Junior, que faleceu na madrugada do dia 17 de outubro de 2016, decorrente de homicídio, ocorrido no Espaço Alternativo, nessa capital.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o Requerimento do ilustre Deputado Jesuíno Boabaid. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAI. Requer Voto de Louvor para os 07 policiais militares voluntários do Projeto “Cão Terapia”, do 4º Batalhão da Polícia Militar de Cacoal -RO.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Quero registrar e agradecer a presença do Altamir, também Altamir, vereador eleito com a expressiva votação no município de Nova Mamoré, lá do nosso querido Prefeito Laerte Queiros, e também do Almir, Secretário de Agricultura do município, bem-vindo, muito obrigado pela presença fiquem à vontade. Obrigado.

Em discussão o Requerimento do ilustre Deputado Jesuíno Boabaid. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

Nós vamos votar o Veto. Eu quero solicitar a presença dos ilustres deputados que estiverem na Casa, por favor. Se estiverem nos gabinetes ou na galeria da Casa que venham ao plenário. Nós vamos votar agora um Veto que está trancando a pauta e é a próxima matéria a ser votada.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura dessa matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – VETO TOTAL Nº 066/16 PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 170. Veto Total ao Projeto de Lei 464/16, de autoria Deputado Hermínio Coelho e Jesuíno Boabaid, que “Dispõe sobre a liberação de licença para atividade garimpeira no Rio Madeira no trecho que especifica e dá outras providências”.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Poder Executivo/Mensagem 170. Veto Total ao Projeto de Lei 464/16 de autoria dos deputados Hermínio Coelho e Jesuíno Boabaid, se encontra sem parecer.

Eu solicito ao Deputado Saulo é da Comissão de Constituição e Justiça? O ilustre Deputado Saulo Moreira, para que possa proceder parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. SAULO MOREIRA – Sr. Presidente, Srs. Deputados depois de alguns dias ausente, fica satisfeito e muito feliz em poder estar aqui novamente, ao mesmo tempo poder estar aqui falando sobre esse “Veto Total ao projeto de lei nº 464 de 2016 de autoria dos Deputados Hermínio Coelho e Jesuíno, que dispõe sobre a liberação de licença para atividade garimpeira no Rio Madeira no trecho que especifica e dá outras providências”. O Governo do Estado, o Poder Executivo deu o Veto Total e o meu parecer, Sr. Presidente, é pela manutenção do Veto a esse Projeto de Lei.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO – Questão de Ordem, Sr. Presidente? Eu queria anunciar aqui a presença do Vereador, Dr. Lúcio Roger lá de Candeias do Jamari. Seja bem-vindo aqui a nossa Casa, Vereador.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável pela manutenção do veto, do ilustre Deputado Saulo Moreira. Deputado Jesuíno Boabaid autor da matéria quer se manifestar? Então, o Deputado Jesuíno para discutir o parecer.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO – Só mais uma Questão de Ordem, Presidente?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO – Também anunciar aqui a presença do vereador eleito nessa eleição, lá pelo Candeias do Jamari, o Vereador Marcos da Hora. Seja bem-vindo, Vereador Marcos.

O SR. JESUÍNO BOABAI – Sr. Presidente, trata-se do Veto Total 066/16, do senhor Governador, Mensagem 170. Esse Projeto de Lei, eu peço aos nobres pares que mantenham o posicionamento do Governo por conta de que houve diversas alterações nesse íterim quanto à limitação. Nesse projeto de lei, inicial era 500 metros, após diversas discussões passou as licenças a questão da vedação de 5 quilômetros. Discutimos a área da APA, bem como outras questões que ficou disciplinada nessa lei, ora em discussão. Motivo pelo qual penso que no segundo momento iremos poder adentrar para regulamentar essas questões, até porque o projeto de lei tem no seu bojo várias questões quanto à legislação federal, quanto à questão das licenças, quanto à pena também, de multa. Então tem muitas questões que poderemos discutir num segundo momento, motivo pelo qual peço aos nobres pares que mantenham o Veto o Governo. É assim que a gente entende nesse exato momento quanto a essa matéria que dispõe ao Projeto de Lei 464/16.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Ainda em discussão o parecer pela manutenção do Veto do ilustre Deputado Saulo Moreira. Não havendo mais quem queria discutir, em votação o parecer. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado o parecer.

Registrar a presença do Rodnei Paes, parabenizar Rodnei pela sua campanha, uma campanha bonita no município de Rolim de Moura, votação expressiva, nosso amigo companheiro de partido Rodnei muito obrigado pela presença. Registrar também a presença do nosso amigo Ari, lá do Instituto de Identificação, muito obrigado pela presença Ari.

Teremos votação nominal e nós solicitamos a presença dos deputados que estiverem na Casa que venham votar para não prejudicar essa matéria. Deputado Cleiton Roque, vice-líder do Governo, o líder está na Casa, solicito a presença, o Deputado Luizinho Goebel também está na Casa, por favor solicitamos sua presença para votação do veto, Deputado Laerte Gomes, Deputado Maurão de Carvalho, Deputado Adelino está na Casa.

SR. JESUÍNO BOABAI – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não, Deputado Jesuíno Boabaid.

O SR. JESUÍNO BOABAI – Se esse veto for mantido ou não mantido ele vai para o arquivo, só que abre-se um parêntese aí, qualquer um poderá suscitar para ele retornar por conta que não teve deliberação, ou seja, tem que ter 13 para deliberar por conta da manutenção ou rejeição, então eu peço aos pares que venham porque se não, eu por exemplo vou suscitar que ele venha de novo para discussão.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Questão de Ordem, Presidente. Por favor, chama a nossa bancada do PMDB, a bancada do PT está aqui em peso.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – É solicitada a presença da bancada do PMDB no plenário para que possamos votar, e do PSDB também. A bancada do PT está presente,

Lazinho da Fetagro sempre presente. Bancada do PDT está faltando o Ilustre Deputado Hermínio Coelho.

Registrar a presença do Vereador Adriano de Seringueiras e também do Vereador Milton que estava por aqui agora há pouco.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Senhor Presidente Maurão, por favor, chama a bancada do PMDB, porque a do PT está aqui, a base do PT está aqui, está toda aqui, fechadinha. O PT está em peso aqui Deputado Adelino, cadê o DEM? A empresa também, não é? Agora deu.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em votação. O painel está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- ausente
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- ausente
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- ausente
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- sim
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Leo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosângela Donadon	- ausente
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Só Na Bença	- ausente

Com 14 votos favoráveis está mantido o Veto Total 066 / 16. Vai ao arquivo.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (Secretário) – Não há mais matérias. Está encerrada a Ordem do Dia.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Encerrada a Ordem do Dia, passamos ao Grande Expediente. Com a palavra o ilustre Deputado Jesuíno Boabaid, por 20 minutos com apertes.

O SR. JESUÍNO BOABAI – Pode soltar o vídeo, por gentileza. Eu queria que desligassem a luz para a gente assistir esse vídeo, é muito interessante.

(Apresentação de vídeo)

É a cabeça de um ser humano que está sendo... Aí, veja só o cidadão de bem, olha lá como é que ele pega. Olha lá... Pode cortar.

Senhores o que me traz nesta tribuna aqui hoje... Isso aí é um movimento lá em Roraima dos... Pode suspender. Agora deu 'pirula'. Isso aí foi uma rebelião lá em Roraima, recente agora, foi domingo. E aqui também ocorreu uma na segunda-feira também. Isso que está acontecendo em Roraima aconteceu no ano de 2001, lembram? Quando houve aquela chacina no Urso Branco. Aí eu quero mostrar isso ao parlamento, eu quero mostrar isso para a sociedade rondoniense. Eu quero fazer uma pergunta para todas as autoridades do Legislativo, no âmbito Federal, ao Judiciário, aos Direitos Humanos. Um cidadão desses tem condições de retornar para a sociedade? Um ser humano, que eu não posso chamar isso de ser humano, que é uma desgraça dessa, tem condições de retornar ao seio da comunidade, da sociedade? Meu amigo, isso é uma violência. Isso é fazer: - Judiciário, está aí o que é que eu faço com a tua cabeça. Todo mundo que está aqui presente é passível de sofrer uma ação dessas. Qualquer um. Aí eu pergunto: cláusula pétrea na nossa Constituição de 1988 que diz "dignidade da pessoa humana", e eles? Quer dizer então que preso, hoje, tem alimentação gratuita, preso tem custo para o Estado, que é altíssimo, diga-se de passagem, e para mostrar o seu poderio, essas facções, ele vem e diz: - olha o que é que eu faço com a cabeça dos cabras. Matam sem ter pena. Eu ainda fico me perguntando como é que o Direitos Humanos tem a capacidade de ainda ir para a imprensa e defender uma desgraça dessa, uma praga dessa, que pode ser chamado assim. Meu amigo, não venha me dizer que isso é culpa do Estado, porque um cara desses é um psicopata. É um cara que tem a frieza no sangue. Para eles, eles matam por prazer, matam para falar: - olha, o sistema é assim, é a gente que comanda. E podem ter certeza, a gente está vivendo aqui, um mundo, esse cenário aqui é de terrorismo mesmo. Porque o Brasil, infelizmente, tem muitas leis, muitos dispositivos legais e podem manusear e quando manuseiam soltam um elemento desses, como o exemplo do Champinha, que era menor de idade, o Judiciário, sabendo que ele já tinha falado que ia matar mais e mais, ele falou: não, vou segurar ele por mais um tempo. Mas quantos 'Champinhas' têm aí na rua, fazendo todo tipo de atrocidade, todo tipo de violência? É por isso que eu quero deixar um alerta, enquanto o governo está preocupado com contenção de gasto, que deve também conter, que deve ter o controle, tem que estar preocupado com esses vagabundos. O Senado tem que ter um peso, o Senado, o Congresso, de mudar esse cenário. Pílantra tem que custear a prisão dele. Mandar para uma ilha. Tem quantas ilhas aí no Brasil cheia de cobra, cheia de desgraça? Eu queria ver sair de lá, pega pena alta mesmo quando for detectado aí... - Olha, um elemento desses, psicologicamente não tem condições de voltar ao seio da sociedade, enclausura, para deixar o cabra preso. Para mim, não tem que voltar. E o que traz à tona é essa situação. Essa violência, é esse estado de..., impor mesmo. Seja qualquer facção, ele impõe e dita às regras, como eu estou vendo agora está o da LCP. A LCP, Liga Camponesa, os caras vão lá, aqui, é muito fácil vir a Rondônia, vem aqui, entra na fazenda: - olha, tem um problema aqui, a terra só tem posse. Então vamos entrar lá dentro, vamos tocar fogo, vamos matar. Quer dizer que é essa a ideologia da LCP, então? Invasão, matança. Senhores, isso aí é uma violação contra o estado democrático de direito. Isso é uma violência. Aí sim, eu ainda vou ver, porque o Juiz Sérgio Moro está prendendo aí a questão da corrupção. Ainda vou ver magistrado, sei que ele não vai extrapolar não, magistrado aplicar leis que vão mesmo endurecer, para manter o cidadão, que não é um cidadão, uma peste dessas enclausurada de uma forma que não tem condi-

ções, ou ele vê o Estado é o poder maior. E aqui não está se mostrando porque ele faz aquilo dentro da cadeia, imagina se ele voltar fora. Imagina, senhores as nossas famílias, os nossos amigos, nossos familiares, todas as pessoas de bem tendo que estar hoje, é uma inversão, há uma inversão, tem que colocar grades, têm que estar presos dentro dos seus lares. Mas é por conta de quê? Porque o Estado está sendo frouxo. Está sendo covarde de ir para o enfrentamento. Por que o que é que acontece? Matou um elemento desses com troca de tiro, o PM ou qualquer policial vai responder processo. Amanhã vai estar cheio de Direitos Humanos: - olha, teve excesso, o menino era um bom elemento. Aí começa aquela opinião pública contra a Força de Segurança. Isso é verdade. Vagabundo bom, como bem dizia, é vagabundo morto. Por que é que eu digo isso? Porque infelizmente nós estamos vendo o cenário dessa violência, desse atentado contra o Estado, contra as pessoas. E vai continuar Urso Branco, vai continuar Ênio, vai continuar a Liga Camponesa, vai continuar tudo, porque o Juiz, quando dá a sentença de reintegração de posse, ele fala: - pelo amor de Deus, sem violência, sem qualquer situação que possa ter conflito. Como é que não vai ter conflito, meu amigo? Como é que o cara vai sair de lá? Vai levar flores para eles, é? - Olha, gente, eu vim aqui dar um buquê de flores, o senhor vai sair da minha terra. Vai sair o cão que sai, meu irmão. Não sai. E como é que fica a Polícia Militar, como é que ficam os Poderes de Segurança Pública, as Forças de Segurança Pública? Estou em defesa, como Presidente da Comissão de Segurança Pública, analisando essas questões, e digo mais, sou Vice-Presidente dos Direitos Humanos aqui na Assembleia Legislativa. Eu não defendo essa questão de direitos humanos não. Eu defendo direitos humanos para as pessoas que foram afetadas, que estão lá jogadas no leito lá no João Paulo II, no chão. Para as pessoas que foram realmente vítimas do sistema. Essas sim têm que ter direitos humanos. Agora, esses que estão aí, meu amigo, eu não tenho... E se amanhã, qualquer situação, alguém, o meu cargo está à disposição para qualquer Deputado assumir aí. Se alguém atentar, falar: olha só o posicionamento desse Deputado. O meu posicionamento é firme, enquanto tiver o direito de usar a tribuna dessas prerrogativas de imunidade parlamentar meu amigo, eu vou usar, porque não pode ser afetado. Até então, ainda não foi retirado esse direito parlamentar, porque daqui uns dias eu também penso que até falar vai responder processo, aí já começa a causar uma situação meia complicada. Porque o cidadão de bem, se ele manifestar nas redes sociais ou qualquer coisa assim, qualquer pessoa pode denunciar ele, que ele está incitando a violência, algo assim e vai responder processo. Nós não, nós não, não estou incitando a violência não. É uma violência o que eu estou falando, em nome daqueles que não tem condições de se manifestar, não tem condições por quê? Poderiam ser processados civilmente, criminalmente. Então é isso, essa afronta ao Sistema hoje que me causa um repúdio mesmo. Infelizmente não tem Governo que vai poder comandar ou qualquer coisa assim, enquanto tivermos tanta legislação; tanta, saber menor. Eu fico até a palavra menor; um moleque de 16 anos que "mama", é uma lapa de homem, com uma arma na mão, mata, vai lá ver como é que eles falam: se me soltar, eu vou matar mais. E é assim que funciona o Sistema, pensa assim como é que é a violência desses meninos, que menino com 16 anos; se ele pode votar, porque que não pode responder criminalmente? Sou a favor sim da redução da maioridade penal, sou a favor sim que tenham penas mais severas, sou a favor. Se hoje tivesse um plebiscito no Brasil, pode ter certeza, que o povo ia para ruas falar: não, a gente precisa ter uma

pensa mais severa. Não é para mandar também gente inocente não. Mas, um cidadão desse identificado, jogando assim, cabeça, cortando, fazendo desgraceira, entra na casa. Rapaz, não tem que ter não; é sofrer mesmo para ficar como exemplo, olha lá o exemplo, como é que é que o Brasil trata uma pessoa dessa. Eu venho com muita tristeza falar também de uma morte de um policial militar que ocorreu no Espaço Alternativo, eu não posso falar qual foi ainda, que eu não estou, não sou delegado, ainda não foi feito as devidas investigações, tem muitas informações; uma hora diz que ele estava com uma arma, outra hora diz que não estava armado, que ele foi no carro. Então, fica uma situação meia complicada. O fato que eu sei que ele levou 05 disparos de arma de fogo, e ele foi a óbito, e deixou 02 filhos e esposa por conta da violência. Uma discussão que gerou, salvo engano, esse fim trágico que foi o homicídio do policial militar. Detalhe, lá no Espaço Alternativo, Espaço Alternativo, aonde você pode passar até um período das 17 horas, você ainda consegue andar, fazer alguma coisa, as 19 horas. Mas, depois das 23 horas, ali vira orgia meu amigo, vira um campo mesmo assim de som alto, prostituição, venda de consumo de entorpecente, vira uma desgraça, sabe, um negócio, um negócio infame mesmo. Eu, li recentemente o posicionamento da vereadora eleita Ada Dantas, que já foi para o enfrentamento, já fez até uma matéria, que a primeira proposta dela é ir levar um Projeto de Lei para proibir a venda de bebida alcoólica, bem como, o som alto naquele local. Vou, estou apoiando essa situação que para muitos é uma medida antipopular, mas para aqueles realmente que querem ainda a manutenção da..., eu vou falar assim, nem tanto do direito de ir e vir do cidadão poder ali utilizar de uma forma adequada. Colocar ali, você ver, já teve filmagem de menina fazendo estripe, mas é uma desgraceira, pode ir lá, qualquer Deputado; dia de sexta, sábado e domingo é um inferno lá meu irmão, ali é... Mas, assim e fica o local imundo, sujo e não foi isso que o Governo está investindo milhões ali, será que foi para isso? Não. O Governo não está investindo milhões para aquilo virar um bordel, um campo de prostituição, um local para venda de entorpecentes. Não, então eu peço ao Secretário de Segurança também, o Comandante da Polícia Militar, que intensifique, intensifique ali uma medida das forças policiais, porque até então, eu era policial militar; tem coisas que tem que ser reprimidas. E o Secretário deve através da sua pasta, do seu mando colocar ali uma viatura; porque que é até as 17 horas que tem uma viatura fazendo o policiamento? Porque que não bota também um policiamento lá para ficar controlando isso? Para ficar controlando essas questões, fazer levantamento por parte do sistema de..., Nós temos uns policiais militares que fazem levantamento, que são os P2, vai lá para dentro também fazer o levantamento, apontar quem são os traficantes, que são as pessoas que estão ingerindo bebidas alcoólicas, vendendo para menor, fazendo todo tipo de coisa ali dentro. Mas, parece que, eu não quero acreditar que está tendo uma vista grossa, isso não deve estar acontecendo por parte do Secretário não, eu quero acreditar que isso está sendo, não está sendo divulgado como deve. Mas, a morte do PM, eu acho que não só a morte de qualquer cidadão, mas a morte desse policial militar pode mudar aquele cenário daquele local, tem que mudar, tem que ter uma medida, tem que resolver essa situação, também não pode, faz três operações, faz o tal da operação mídia, aí fez a operação passa trinta dias, volta o inferno de novo. Tem que ter um plano para controlar aquele local, para controlar qualquer ação desses meliantes que infelizmente estão tomando conta daquele espaço, que é um espaço que era para ser para família, um espaço para pessoas

ali que poderiam estar sabe, visitando, conversando, tendo uma situação harmônica, não naquele inferno que vira, que é um inferno que pelo amor de Deus, daqui a uns dias vai começar é, às cinco horas da tarde, quatro horas da tarde uma boca de fumo e aí vai virar um, é só permitir, vai virar uma Cracolândia e quantos milhões foram investidos ali dentro, investidos para fazer aquele espaço que pelo amor de Deus, se não melhorar, pense num negocinho feio que está ficando aquilo ali viu, causa é vergonha. Como é que o Estado tem tanto engenheiro, tem tanto arquiteto, pode passar lá é um monte de coisa sem nexos, sem, sabe, é feio meu amigo, aquilo ali ficou uma espécie de, muito espaço sem ter o que utilizar, aí colocaram as madeiras, para que aquilo ali? Meu amigo, eu queria entender para que aquilo ali. Mas no final vai vir algum resultado, que esperamos que seja um resultado plausível para a sociedade utilizar aquele local que infelizmente pense num recurso mal investido, igual essa situação do trevo aí que está sendo aí, essas obras aí do PAC, oh! Meu Deus do céu. A gente entra em Ji-Paraná, viu Deputado Airton, você vê Ji-Paraná, já terminaram todos os viadutos, aqui em Porto Velho, como bem disse um programa televisivo aí, doze anos foi para fazer só esse elevado, mais doze para terminar o Roque, mais doze para terminar tudo, então, a gente vai passar trinta anos para terminar esses viadutos aqui em Porto Velho, diga-se de passagem, capital de Rondônia, uma capital tão sabe tão abandonada pelos seus gestores. Graças a Deus, eu não tive a oportunidade de falar sobre a troca, a troca desse prefeito que se encontra aqui ainda no seu mandato que é o senhor Mauro Nazif, mas o povo mostrou nas urnas que realmente quer mudança, quer a coisa de forma que esses que se encontram tem que ser sabe afastados da política, não trabalhou, fez diversas promessas não honrou aquilo que foi colocado na época, na pauta, que foi colocado como plano de governo, tem que arrancar, e com isso, nós tivemos um resultado que para mim foi mais do que satisfatório, só o fato desse Prefeito que é ruim, ele para ser ruim, ele tem que ser bom, ele para ser ruim, ele tem que bom, pelo amor de Deus, ele volte para Deputado Federal, ele volte para ser qualquer coisa, mas para ser executor, Deus que me livre e guarde, nunca mais, não tem nem que passar perto, que o homem é ruim mano, o homem é. Mas assim, eu não vou bater, já está morto mesmo assim, como dizia, tem vários desenhos que passam, figuras que mostram ele no avião dormindo, só vivia dormindo, infelizmente o homem está, parece que estava morto mesmo, só vivia dormindo, quando começou a acordar já faltavam três meses, mas já estava muito tarde, já tinha, ele vai voltar a hibernar de novo, aí já vai voltar para o casulo dele. Então, assim diga-se os dois candidatos que estão concorrendo ao pleito, ao executivo municipal, esperamos que possam fazer alguma coisa por Porto Velho, que precisamos, não adianta também vir com um monte de propostas assim, com certeza vai ter uma cobrança e esse cidadão que ganhar a Prefeitura de Porto Velho. Meu amigo, hoje você não fica mais nas escondidas não, tem rede social, tem o WhatsApp, tem a tribuna de uma Assembleia, rapaz tem tanta coisa, tem a mídia, vai passar baixo. E por último, até porque o meu tempo já está respeitando o prazo regimental. Por último vou falar sobre o Decreto que, é o 21.299, que dispõe sobre o auxílio de transporte. O Governador agora recentemente no dia 10 de outubro, ele regulamentou a questão do pagamento do auxílio transporte, ele está, ele está aplicando dispositivos que no meu entendimento, não deveriam ser aplicados e o porquê eu digo isso? A Lei é Complementar, salvo engano a 68 de 1992, o artigo 84, ela disciplinou o que é o auxílio transpor-

te, antes dessa Lei a 68, era o vale transporte, então, o Governador hoje por conta de algumas decisões, não são decisões que dizem para implantar e descontar 6% do servidor, algumas decisões suscitaram lá um Decreto do Governador, Governador bem passado, salvo engano de 1992, ele trata sobre a regulamentação do Vale-Transporte com isso vem o senhor Teuler Freire e implantou a situação, orientou através de um parecer que cobrasse o percentual de 6% dos servidores. Já tem uma assembleia marcada para o dia 3 de novembro, caso não aja um entendimento vários Sindicatos de todas as categorias irão paralisar. Sou totalmente favorável, e porquê eu digo isso favorável? Meus amigos o cenário só me fala de que? Contenção, retirada de direitos e aumento 20 anos estagnado, tu vais tirar do servidor cem reais, cento e cinquenta reais? 15 anos que esse direito vem sendo pago, eu vou te falar eu não sei quem é que, o Governador ele assina assim muito projeto, muito documento, mas uma pessoa que orienta o Governador a fazer isso ele está sendo muito perverso, é muito mau. Se eu fosse Governador sinceramente o cidadão que fizesse uma desgraça dessa comigo ele estava exonerado, tinha que ser demitido, exonerado. Por que eu ia perguntar para ele; venha aqui meu amigo, faça favo eu o deputado traga isso aqui para mim; qual é o resultado disso aqui? Qual é a fundamentação? Ah não eu...; meu amigo vá volte para seu lugar. Exonera. Por que é uma coisa sem... Deputados é o cara mexer aonde dói, está mexendo no bolso do servidor, quer mexer qualquer coisa meu amigo, mas mexer no bolso é onde dói. E aí o Governo agora vai para o enfrentamento de greve? Para que isso? Eu já estou propondo, já falei com o Secretário Emerson Castro e o porquê eu digo isso? Por que nós já se reunimos aqui, eu, o deputado Maurão, várias categorias e o chefe da Casa Civil falou que ia trazer uma resposta, essa resposta falou que foi passada para o Sindicato, não chegou ainda a mim, mas o Sindicato disse que não recebeu até o presente momento de forma oficial tal resposta. A gente iria entrar com um decreto para sustar os efeitos desse 21.299 até que chegue a um consenso, já me falou que será discutido agora em novembro essa situação para implantar. Então vamos aguardar, é por isso que eu vou passar a palavra para o deputado Adelino.

O Sr. Adelino Follador – Eu agradeço o aparte, deputado Jesuíno, parabenizar pelo seu discurso, muita indignação e com certeza a sociedade está indignada com tanta coisa que está acontecendo. E eu queria mais uma vez dizer sobre o coronel que responsável pela folha. Nós já nessa Casa já falamos muito sobre isso e passou da hora do Governador, é uma pessoa que está mandando mais que Procuradoria Geral do Estado, mais que os Procuradores, e o Governador tem que rever. Nós não podemos deixar pessoas que só pensam no mal, só pensam me tirar direito do servidor e nós já tivemos várias situações na folha e esse homem é forte porque diz que consegue economizar na folha, mas economizar a que custo? Então eu vou deixar aqui com certeza essa indignação de todo o funcionário público com essas pessoas que sempre procuram o mal, e com certeza o Governador tem que rever isso, tem que estudar melhor essa situação para não criar um transtorno. Isso criou um transtorno com todo funcionário público do Estado, isso cria um clima muito ruim para o próprio Governo do Estado. Então deixar aqui registrado esse assunto tão importante deputado Jesuíno parabenizar pelo seu discurso, vários temas hoje que o senhor está fazendo nessa Casa e com razão. Obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Só para finalizar porque eu extrapolei três minutos e cinquenta segundos. Nós temos que, não sou da base, mas também eu não sou contra, projetos do Governo aqui gente cansa de votar porque a própria base as vezes está ausente aqui, mas eu não posso aceitar que um projeto ou os senhores mesmo, eu já vi o posicionamento aceitar que venha um projeto para retirar direito e garantias que já estão praticamente consagrados a mais de décadas. Então não podemos aceitar isso. Discutir uma situação, um fato jurídico que possa; olha está errado a gente tem que aplicar. Quando eu perguntei para o próprio coronel; coronel me dá fundamentação jurídica disso aqui. Não, temos acórdão do Tribunal, a citação. Coronel me dê uma decisão judicial dizendo que te que aplicar o decreto de 1989 ou 92? Não tem. Então meu amigo por que que vai tirar o direito do servidor? Então não tem gente. São essas questões que eu fico analisando que o Governo padece, não estou falando do Governador Confúcio, estou falando Governo, estou falando toda a sua situação no caso o seu staff. Eu estou vendo aqui um integrante do Rota Policial e eu não posso silenciar, todos os dias eu ouço o Rota Policial e aí agora está numa celeuma a situação do transporte das crianças, transporte coletivo escolar das crianças que estão na área rural. Eu queria saber, viu deputado Cleiton, por qual motivo que o próprio Prefeito que ainda se encontra ainda não responde de forma oficial essas pessoas. E quero dizer mais, qualquer um, todas essas pessoas, os pais têm o direito de entrar com uma ação judicial, uma ação de danos morais contra a Prefeitura por conta desses dias que essas crianças estão fora da escola. Então se quiser também eu estou à disposição, vou falar com um advogado amigo meu que está à disposição, todas as crianças que estão sendo afetadas por conta dessa irresponsabilidade, dessa ingerência, dessa falta de compromisso, como bem disse hoje o repórter, eu não quero saber de quem é a responsabilidade, eu quero saber que tem crianças que estão ficando fora da sala de aula, eu não quero saber quem que vai pagar, se é da Flexa, é uma empresa, eu quero saber que essas crianças devem ter o transporte, depois discute pagamento meu amigo, tem que pagar esse negócio, agora o que eu fico vendo são essas questões e olhem que eu fiquei até surpreso, não é falha do Governo estadual não, é do municipal, “ah tem certidão”, meu amigo tem a Procuradoria para quê? Entre com uma ação, um Mandado de Segurança contra a própria empresa se é responsabilidade da empresa, entre contra o gestor, agora o que não pode são as crianças ficarem dessa forma sendo prejudicadas e o prefeito não tomar uma postura séria e firme em vir dar uma coletiva ‘ora, a responsabilidade é da empresa, a responsabilidade é minha’.

O Sr. Cleiton Roque – Deputado Jesuíno, me permite um aparte?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Pois não.

O Sr. Cleiton Roque - Com muito respeito a V.Exª e até porque não quero aqui sair em defesa do Mauro até porque eu tenho motivo suficiente para defendê-lo porque eu sei da índole e da integridade do Dr. Mauro Nazif. A votação dele nesta eleição eu acredito que não representa toda a sua história política que ele tem com este Estado e V.Exª sabe disso. Eu digo que o Dr. Mauro foi um dos grandes deputados que teve nesta Casa aqui, eu digo que V.Exª deve superá-lo Deputado Jesuíno, já lhe falei pessoalmente isso aí, mas o Mauro tem uma história e ele merece ser tratado com respeito por todos

nós. Eu acredito que o resultado das urnas exemplifica a dificuldade enfrentada por todos os prefeitos rondonienses, apenas cinco prefeitos foram reeleitos nesta última eleição, apenas cinco prefeitos, não pode contar Rolim de Moura porque o Prefeito Luizão não foi o vencedor da eleição, ele foi o vice-prefeito, não caracteriza como, apesar de contar juridicamente como reeleição mas não podemos sugerir. Então foi um mandato de muita dificuldade para os prefeitos no geral, tanto é que na nossa cidade de Pimenta Bueno o prefeito foi o primeiro prefeito a perder uma reeleição na história de Pimenta Bueno e V.Ex^a sabe do resultado. Eu trabalhei nos últimos 30 dias inclusive da eleição com uma equipe técnica da SEDUC relacionada ao convênio do transporte escolar que é cota parte do município, nós resolvemos as pendências há uns dez dias antes do resultado da eleição, eu não sei precisar neste momento se o que tem acontecido com a paralisação do transporte escolar aqui em Porto Velho foi em virtude desse atraso no repasse do convênio do Governo do Estado para a Prefeitura de Porto Velho, mas sei que tem acontecido essa situação em vários outros municípios do interior também, como é o caso de Parecis que tem o aditivo do transporte escolar que atrasou, houve atraso ali na Procuradoria Geral do Estado, enfim, e prejudicou. Então, concordo com V.Ex^a, a corda está arrebentando do lado mais fraco que é quem? É onde não pode arrebentar, que é no aluno que as vezes fica ausente da escola, isso prejudica demais no final da conclusão do ano letivo e nós sabemos dessas dificuldades. Agora também precisamos inclusive de fato levantar essas informações porque houve sim atrasos no repasse do Governo do Estado e nós entendemos que também não foi por querer, vocês sabem a dificuldade enfrentada. Eu lembro que a semana passada eu tratava com a Secretária Fátima Gavioli, ela estava fazendo todos os ajustes juntando de onde tinha para efetuar o pagamento dos convênios que estavam pendentes ainda. Obrigado pelo aparte, Deputado Jesuíno.

O Sr. Laerte Gomes – Me permite, deputado?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Deputado Laerte.

O Sr. Laerte Gomes – Nobre Deputado Jesuíno Boabaid, V.Ex^a trouxe uma preocupação aqui a esta tribuna desta Casa sobre a questão dos servidores, do desconto de 6%, mas já só para adiantar para V.Ex^a e para os demais nobres colegas da Casa, nós já conversamos na Casa Civil, já está sendo conversado com o Governador a possibilidade de rever agora a partir do mês de novembro já esse desconto. Então eu queria até convidar V.Ex^a e os demais deputados que pudessem se fazer presente para a gente marcar uma reunião na Casa Civil e para já discutir isso. Se nos 15 anos que se passou não foi cobrado então é uma falha que cometeram, mas não pode é querer cobrar agora daqui para a frente, se já vinham com essa política o Governo tem que dar uma forma de legalizar e de manter de não proporcionar a esses servidores que tenham esse prejuízo. Já está inserido no orçamento na vida deles, então eu acho que não pode ser descontado isso deles. Se tiver legalidade de ser descontado que crie um outro tipo de gratificação para repor, até porque se não vai tirar todos os avanços que eles obtiveram. Então só para dizer para V.Ex^a, nós vamos tentar marcar já a semana que vem, de repente V.Ex^a até falou em propor aqui uma audiência para a gente trabalhar isso, junto também aos sindicatos para que a partir do mês de novembro já não seja mais descontado esses 6% sobre alguns benefícios que os servidores têm.

A Sra. Lúcia Tereza – Um aparte, nobre deputado?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Pois não.

A Sra. Lúcia Tereza – Elogiar não, me somar com V.Ex^a nesses assuntos que a população se preocupa ou sente vitórias é o que norteia a vida de um Deputado. Mas aqui eu quero, eu pedi esse aparte para elogiar o Deputado Laerte agora na fala dele. Porque ele é um líder do Governo, mas ele é um líder que antes de ser líder do Governo, ele é um Deputado consciente. Uma pessoa que já mexeu com orçamento sendo prefeito por oito anos. Ele sabe também que transporte escolar a gente faz orçamento para o ano todo, não pode truncar, não pode ter essa paralisação, como também esse negócio de transporte escolar, dos 6%. Eu fico feliz porque ele é um líder, não é cego, não é surdo, mas não se esqueceu da base dele. Antes de ser líder do Governo, ele é um Deputado atuante, um Deputado que nos orgulha e eu gostaria que ele fosse meu líder, o líder nesta Casa porque ele representa todos nós, mesmo, um líder consciente. Estou falando isso, Deputado Laerte, porque eu sei que muitas vezes a gente tem que tomar posição. Nem sempre é a mais fácil, mas com certeza é a mais honrosa. Por isso, eu quero me congratular com Vossa Excelência Deputado Jesuíno e com o Deputado Laerte, que me fortalece muito estar no meio de vós.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Obrigado, Deputados. Eu tinha me inscrito em duas falas, como eu já estendi aqui, eu vou abrir mão da minha fala, no caso da segunda, é a ordem que tem aí, a Liderança, no caso, Comunicação da Liderança. Mas dizer para vocês, então, eu entendi que o líder falou que haverá então uma proposta de uma Audiência Pública. Então, eu me debruço na Audiência Pública porque, vêm todos os autores, no caso, sindicatos, Procuradoria e se houver realmente uma legislação que deva se aplicar à questão dos 6% a gente tem que aplicar, isso é fato. Mas se não tiver, eu acredito que saíamos, temos que sair com o resultado que é a questão da suspensão dessa cobrança. E dizer para o Deputado Cleiton que jamais eu vou falar da pessoa do Deputado Mauro Nazif, mas como Prefeito, não a pessoa, não vou entrar na pessoa do Mauro, jamais, mas ele também não pode falar do Jesuíno pessoa. Ele deve falar da minha ação parlamentar como Deputado, e qualquer cidadão tem que julgar e tem que analisar. Mas ele como Prefeito, para ser ruim ele tem que ser realmente, tem que melhorar mil por cento, infelizmente, é isso que eu tenho contra. É o meu posicionamento, é o meu posicionamento. A pessoa do Dr. Mauro, médico, Deputado, que foi Deputado, tenho muito respeito a essa pessoa, mas eu não posso dizer hoje, nesse exato momento, que ele foi um exímio Prefeito que eu estaria realmente mentindo indo contra os meus princípios, que é... Pelo amor de Deus, graças a Deus que o povo, e foi bem votado, teve 52 mil votos. Ele ainda conseguiu convencer 52 mil pessoas, já pensou? Foi muito votado. Então o que eu queria falar para vocês, é muito ruim, mas... Ele agora vem para Deputado Federal, quem sabe ele ganha de lavada aí para Deputado Federal, alguma coisa assim. A carreira política dele, eu acredito que não vai, não vai acabar não. Obrigado, Presidente e uma boa-tarde a todos.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Obrigado, Deputado Jesuíno Boabaid. Eu quero agradecer a presença do Evandro Epifânio, vice-Prefeito e Prefeito eleito, parabenizar pela eleição lá no município de Rio Crespo. Uma brilhante eleição, uma boa vitória. Parabéns, Deus te ilumine, que você faça um bom

mandato pelo município de Rio Crespo. E também o Natálio Silva e Divino Soares da Câmara Municipal de Colorado do Oeste. E também agradecer e registrar a presença do Josemar Beatto, nosso querido Prefeito da cidade de Colorado do Oeste. Muito obrigado, Josemar. E a todos os demais, as autoridades presentes, muito obrigado pelas presenças.

O SR. CLEITON ROQUE - Questão de Ordem, senhor Presidente?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não, ilustre Deputado Cleiton Roque.

O SR. CLEITON ROQUE – Quero só cumprimentar aqui, está presente no plenário, meu companheiro Décio Lagares, lá do município de Espigão d'Oeste, foi candidato a Prefeito, fez uma expressiva votação. É Vereador lá do município, está acompanhando do também Vereador, o Paca, uma saudação a eles. A gente sabe que no pleito eleitoral tem dois resultados, ou você ganha ou você perde. Eu já perdi eleição e sei como é que é. Mas o que eu tenho a dizer, tanto a ele quanto ao Eduardo, que é o nosso primeiro suplente de Vereador lá no município de Guajará-Mirim. Eduardo é um jovem de 25 anos, fez uma votação expressiva, foi o 7º mais votado, Deputado Adelino, da cidade de Guajará-Mirim, da cidade do nosso amigo Deputado Dr. Neidson, porém pela questão da coligação, ele não conseguiu êxito na eleição. Mas o que eu disse agora a pouco, disse ao Décio, a gente aprende mais quando a gente não tem êxito numa eleição do que quando a gente tem. Quando a gente tem, a gente acha que acertou tudo, não é verdade? E quando a gente perde uma eleição, a gente começa a avaliar aonde erramos, o que podemos melhorar, o que podemos mudar. Então, tanto o Eduardo tem um futuro brilhante na política rondoniense, quanto o Décio Lagares também, nosso candidato a Prefeito de Espigão d'Oeste. Um abraço a todos eles. Obrigado, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado, Deputado Cleiton Roque. Registrar também a presença do Valter. Valter do Iperon, muito obrigado pela presença.

Ainda no Grande Expediente, eu concedo a palavra ao ilustre Deputado Adelino Follador, por 20 minutos com apurtes. Registrar também a presença do senhor Jonas da Feira, Vereador eleito do município de Cujubim. Muito obrigado, Jonas, também, pela presença.

Com a palavra o ilustre Deputado Adelino Follador.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Gostaria de cumprimentar todos os Prefeitos aqui presentes, Vereadores. Em nome do Leão, que é o Prefeito eleito lá de Rio Crespo, junto com a Cassiane, desejo sucesso. Hoje esteve também nos visitando o Chico Pernambuco, também de Candeias, eleito Prefeito. O Pedro também, da Belo Horizonte, lá de Cujubim, presente conosco hoje lá no gabinete. O senhor João Paciência lá de Jorge Teixeira, eleito junto, com certeza vai fazer um bom trabalho. E também nós temos aí o Prefeito de Colorado que está presente também. Para nós é um prazer receber os Prefeitos, que a gente conhece a história, fui 12 anos Prefeito, a gente sabe as dificuldades que os Prefeitos vão enfrentar, já enfrentaram e para nós, estamos trocando ideias, experiências para poder ajudar e também fazer emendas para ajudar aqueles Prefeitos. Então, parabenizar e desejar sucesso a todos os Prefeitos ali da região de Ariquemes. Eu quero aproveitar esse momento hoje, Deputado Ribamar, Presidente, Depu-

tado Luizinho, dizer que hoje é Dia do Médico. É um profissional que nós devemos muito hoje na saúde. Parabenizar todos os médicos que com certeza fazem a diferença na saúde, com muita dificuldade e com certeza o médico é um profissional que exerce um papel fundamental para cuidar da vida das pessoas. Então parabenizar todos os médicos pelo seu dia e também uma profissão hoje muito valorizada, tem uma expectativa muito grande. Hoje temos grandes médicos, por isso que ainda, cada vez mais o pessoal tem aumentado o tempo de vida, em função da saúde, da progressão, graças aos bons profissionais na área de saúde. E todos os enfermeiros, todas as equipes, mas principalmente o médico tem uma função importantíssima, que é tentar fazer o melhor pela saúde das pessoas. Quero aqui também hoje, comunicar aos nossos colegas que foi aprovado na Comissão de Redação e Justiça a revogação da Lei 3.769, de 21 de março de 2016. E o Secretário esteve agora a pouco junto com o líder, que é o Deputado Laerte, e nós pedimos que ele mandasse o mais rápido possível uma lei mudando as taxas. As taxas estão sem condições de pagar, Deputado Lazinho. Várias pessoas precisam renovar seus alvarás, têm que arrumar a documentação das serrarias que estão fechando porque não têm condições de fazer. As taxas estão muito..., seja em todas as áreas. Inclusive, até esses dias encontramos com uma pessoa que pegaram autorização para desmate, autorização para queima, é impossível hoje pagar essas taxas. Então, o Secretário pediu 15 dias, sem ser nessa terça-feira, nós temos mais uma terça, na outra terça-feira nós assumimos o compromisso de que se ele não mandar esse projeto, que precisa ser discutido aqui nesta Casa, nós vamos votar a revogação da Lei. O único meio que nós temos aqui nesta Casa de exigir que seja revogada, corrigido uma distorção, uma situação que nós criamos. Hoje, como foi citado já várias vezes, taxas de R\$ 27 mil foi para R\$ 83 mil. Quem pagava R\$ 3 mil foi para R\$ 12 mil. E é impossível hoje pagar essas taxas. Então tem que ser rápido porque em todo momento têm pessoas que têm que pagar e não tem como pagar nessa nova taxa. Então, seja na área ambiental, seja na área mineral, seja na área... Então, o Secretário já se convenceu, faz 05 meses que nós estamos trabalhando em cima disso, inclusive o Deputado Lazinho esteve junto comigo na Casa Civil e onde chamamos o Secretário, foi dado um prazo. Nós já tínhamos, duas vezes, pedido ao Secretário que examinasse essas taxas e agora, então, ele esteve, na semana passada e hoje esteve de novo e aí, junto com o Deputado Laerte, nós assumimos o compromisso, os nossos pares, se os nossos companheiros concordarem de dar 15 dias de prazo para ele trazer. Caso contrário vamos revogar depois a gente aguarda essa nova lei, só que a SEDAM toda vai ter que parar porque não vai ter a lei. É o único meio que nós achamos de fazer com que a gente corrija esse dano que nós criamos para uma categoria tão importante para o Estado de Rondônia, que é o pessoal que produz. Só comunicar aos companheiros para a gente aguardar então esses 15 dias, esperar que traga e depois chamar as categorias, as pessoas que mexem nessa área. Porque uma lei de 84 folhas, onde cita, mexe com todas as taxas do Estado, Deputado Luizinho. Não tem como nós, rapidinho ver. Então nós temos que passar para os escritórios que mexem com isso, conhecem, Deputado Airton, para que eles examinem. E nós pedimos ao Secretário que ele se baseie pela lei anterior, no máximo coloca a inflação, não coloca duas vezes, três vezes, que isso não existe nessa crise que ele se baseia na lei anterior e no máximo coloca a inflação ou se tiver alguma taxa que seja muito devassada, que seja discutido para que a gente chegue num denominador comum dentro de uma

lógica. Então, conversamos agora há pouco e nós fizemos essa conversa. Eu quero também dizer, parabenizar o Deputado Lazinho pela reunião de hoje com toda equipe da Secretaria da Agricultura e junto com a EMATER, onde nós discutimos o orçamento da agricultura. É lamentável Deputado Lazinho, nós invés de irmos para frente, nós estamos indo para trás. Então, até amanhã cedo eles ficaram para trazer esses dados que nós pedimos, o Deputado Lazinho presidindo junto com a Comissão de Agricultura e amanhã então esperamos que ele traga junto como Deputado Cleiton que é o relator para gente depois chamar o Secretário de Planejamento para tentar melhorar, o Deputado Ribamar também que faz parte da Comissão de Agricultura, vamos ver se a gente consegue melhorar e investir na agricultura não é gasto, é investimento. Então, nós precisamos melhorar esse orçamento e precisamos que a Secretaria da Agricultura seja mais ágil, que de fato funcione. Eu semana passada cheguei num ponto de falar para o Secretário para ele colocar uma nota no Estado e Rondônia, falar: olha, a Secretaria de Agricultura ao tem mais nada, não vai fazer mais nada. Porquê do jeito que está lá, com essa chamada pública, com essas dificuldades que estão sendo criadas, não consegue mais andar; fazer chamada pública para muda de café, fazer chamada pública para entrega de uma tonelada de calcário. Qual é o agricultor que vai sair da linha para fazer esse, não é Deputado Luizinho? É impossível, aí eu tive com o Procurador Geral, estamos aguardando essa pauta, uma reunião que era para ser, Deputado Lazinho, era para ser hoje e foi adiada, que nós vamos ter que conversar com os Procuradores para achar um caminho para viabilizar, principalmente essa ajuda. As agroindústrias, um projeto importantíssimo, totalmente vai ser inviabilizado se nós continuarmos com essas questões das exigências da chamada pública, essas questões para fazer um comodato, toda essa burocracia. Então, nós temos e também cobrar da bancada federal, a bancada federal jamais poderia ter votado um projeto desse. Deveria ter pensado nos municípios, pensado nos agricultores. Então, eu faço aqui um apelo, porque eu sei que a maioria dos Deputados Federais acompanham esse pronunciamento na Assembleia Legislativa, os Deputados Federais, Senadores, vamos alterar esta lei, se tiver alguém que está desviando recurso, alguém que está fazendo alguma coisa errada, que condene aquela pessoa, mas não pode condenar os agricultores. Porquê da maneira que fizeram a Lei, estão condenando todos os agricultores a não receber mais recurso, a não receber incentivo. E não incentivando agricultura familiar, é a falência deles, eles não têm condições de produzir se o Poder Público não ajudar, sem ajuda o povo da cidade também não se alimenta. Então, eu quero deixar aqui a minha indignação, também da bancada federal, na hora de votar esses projetos, tem que ter cuidado porque ainda este ano as Prefeituras podem receber e repassar para entidades. Mas, a partir de janeiro nem as Prefeituras mais podem Deputado Ribamar, aí será que, como é que vamos fazer? A burocracia é tão grande que a gente desiste de ter que colocar mais emenda na agricultura, isso é prejuízo para agricultura de Rondônia. E a agricultura é o que mais arrecada nesse Estado, não tem incentivo de nada. O Deputado Lazinho citou muito bem hoje, têm milhões de incentivos no Estado e a agricultura não tem nada. Então, tem que ser incentivado dando equipamento, incentivando, o trator, equipamento para favorecer, porque na hora que vende o café, vende o cacau não tem incentivo nenhum e o gado tem 85% de incentivo. Uma injustiça muito grande com o agricultor, aquele que vai lá colher um quilo de café, um saco café, 100 sacos de café; têm que pagar 100% de imposto e o outro tem 85% de isenção. Nós temos

que rever essas situações. E agora mais essas leis, mais essa burocracia, isso nos indigna a cada vez mais, a gente fica decepcionado, que parece que fizeram as leis para não acontecer mais. Dizer assim; vai criar uma expectativa: ah, mais a lei não permite. Já criaram o empecilho para ter a desculpa Deputado Lazinho, isso é lamentável. Então, eu gostaria de deixar aqui registrado essa indignação dessa situação que criou para agricultura. Está aqui o Deputado Marcelino Tenório que também faz parte da agricultura e também tem se posicionado muito nesse sentido. Então, eu quero registrar hoje aqui essas palavras nesse pequeno expediente, nesse grande expediente e dizer que para nós é uma alegria, uma satisfação hoje está conversando com os prefeitos de todo o Estado de Rondônia, principalmente na região de Ariquemes, os prefeitos que ganharam, quase todos são pessoas conhecidas da gente, pessoas que a gente conhece, pessoas bem-intencionadas e eu quero desejar sucesso. Nós temos aí agora um período difícil que todos os prefeitos procurem fazer, trabalhar com o pé no chão, com as dificuldades que nós temos hoje, a gente vê muita dificuldade para o futuro, hoje esperamos que isso melhore com certeza. Deputado Lazinho, por favor.

O Sr. Lazinho da Fetagro – Deputado Adelino, assim como Vossa Excelência toda a Comissão de Agricultura está aguardando um posicionamento da secretaria e dos setores do governo ligado ao setor de produção. E quando nós pegamos o orçamento a semana passada, no final da semana e demos uma olhada Deputado Ribamar, deu para nós um entendimento de que o Estado ou não precisa do setor produtivo ou quem fez a proposição de orçamento, não conhece o que é o Estado, porque quando você trata de arrecadação, você trata de incentivar o setor aonde produz recurso, onde gera riqueza. E o ano passado a Comissão reuniu junto com toda esta Casa mobilizamos o governo através do Deputado Cleiton Roque, e saímos de um orçamento de dez para dezoito milhões, no nosso entendimento o primeiro passo para você poder no futuro gastar é ter orçamento para isso, porque senão todos os meses nós vamos estar aqui aprovando excesso de arrecadação ou aprovando remanejamento interno. Quando nós vimos o orçamento desse ano com uma proposição de quatro milhões, ou seja, a proposição da Secretaria de Estado é trabalhar com dezesseis milhões para custeio, onze milhões para folha de pagamento, e quatro milhões para investimento, quatro milhões duzentos e vinte dois mil reais isso na Secretaria de Agricultura, o orçamento da Prefeitura de Ji-Paraná, este ano é quase um milhão e oitocentos mil. Então, o que o setor produtivo que gera riqueza Deputado Ribamar, vai fazer Deputado Adelino, para produzir? Nós procuramos saber junto à secretaria dos dezoitos que nós gastamos e o que está empenhado que é para a gente ter uma noção, nós precisamos disso, ficaram de apresentar para nós até amanhã e a gente poder sensibilizar o Governo de uma mudança geral no comportamento orçamentário para investimento na agricultura, quando nós dissermos daquela discussão de rever inclusive o incentivo de 85% para indústrias ligadas ao setor produtivo, não é para tirar incentivo no Estado, nós precisamos mudar aonde vai esse incentivo, por exemplo, nós temos as estradas no Estado daqui três, quatro anos, nós não podemos mais fazer uma ponte mais, um bueiro mais porque não aguenta e não vai ter recurso para isso. Então, a gente precisa pensar em rediscutir esse modelo de colocar o orçamento, é muito fácil falar não tem dinheiro. Outro lado, Vossa Excelência tem toda razão e eu parabenizo. A própria Emater, quando disse:

olha, eu já disse para o Governador que eu estou satisfeito com a folha de pagamento. Caramba se você tem folha de pagamento Deputado Marcelino, e não tem investimento para infraestrutura, não vai ter assistência técnica. Vamos analisar. Bom, recurso no orçamento da agricultura é pífio, na assistência técnica basta a folha de pagamento, nós vamos ter o que na agricultura do Estado? Como que nós vamos arrumar dinheiro para a saúde, para educação. Agora estamos aí Deputado Jesuíno, questionando a segurança, com razão, questionando o transporte público, de onde é que sai o recurso para tudo isso? Se não é do setor produtivo. Então, o ano passado, nós fizemos esse debate, tivemos essa conversa, o Governo através do secretário foi bastante excessivo, fizemos as mudanças se não gastamos, nós precisamos ver porque não gastamos, agora o orçamento nós precisamos ter para a gente não ficar na dependência de estar negociando mensalmente recurso para poder fazer investimento na agricultura. Então, eu quero aqui agradecer a toda Comissão de Agricultura, viu Deputado Laerte, vice-presidente da Comissão de Agricultura que a reunião foi produtiva, a equipe entendeu o processo e amanhã eles apresentam, nós vamos protocolar isso junto ao relator que é o Deputado Cleiton Roque, e na próxima terça-feira, nós vamos estar chamando o Secretário George para a gente sentar e fazer as proposições que precisam ser feitas. Então, parabéns a Vossa Excelência por levantar esse debate e dizer que o que nós queremos é, e esta Casa está aberta a isso, fortalecer o setor no Estado que gera alimento e gera arrecadação para esse Estado que é o setor produtivo, obrigado Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu quero parabenizar Deputado Lazinho, pela sua atuação como Presidente da Comissão, faço parte com maior satisfação junto com o deputado Laerte, junto com o Deputado Marcelino, junto com vários deputados na Assembleia que fazem parte da Agricultura e com certeza a gente teve êxito na passada, pena que não foi aplicada esses recursos todo, que não vai dá tempo de aplicar, mas nós temos que insistir que não regrida ainda mais a agricultura da-qui que foi feito, parabenizar. Deputado Luizinho.

O Sr. Luizinho Goebel – Deputado Follador parabéns pelo seu discurso, vejo aqui, os demais oradores, deputado Lazinho falando e eu também me preocupo com essa questão do incentivo ao setor do agronegócio do nosso Estado. A gente sabe que hoje precisamos buscar alternativas deputado Airton, para gerar emprego, para gerar renda para as pessoas. Mas do que podemos esperar essa geração de emprego e renda? Exatamente da produção agrícola, por que a produção agrícola é que acaba gerando a industrialização dentro do Estado, podemos citar as grandes indústrias do Estado de Rondônia. Nós temos um frigorífico lá na sua cidade de Ariquemes de peixe...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Fechado, todos fechados

O Sr. Luizinho Goebel - Nós dependemos da produção do peixe lá no campo. Nós vamos lá para a minha cidade de Vilhena, nós temos um grande frigorífico, é o pecuarista que está fornecendo o gado de corte. Nós vamos na grande Ji-Paraná temos uma grande indústria de arroz, duas a Bernardo e a Rical, é a produção agrícola. Mas na verdade muito pouco o poder público tem feito para de fato incentivar o aumento da produção agrícola. Nós a quantos anos estamos estagnados numa produção de leite de média de quatro quilos por cabeça, isso é muito aquém da realidade do nosso país. Nós temos no Estado

do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais passa longe de 20 quilos por cabeça de produção de leite de um gado leiteiro, e aqui média de 4. Então realmente nós temos que buscar alternativas, nós temos que apoiar de fato. E quando o senhor fala de uma lei que foi feita no Congresso Nacional que prejudicou as associações de pequenos produtores, os pequenos produtores de fato realmente é verdade. Mas nós também aqui votamos uma lei onde eu recebi uma cobrança da Associação Comercial e Industrial de Vilhena do FUNRESBOM onde que eles estão indo dentro das oficinas e querendo cobrar hoje um alvará, uma taxa de funcionamento da oficina, sendo que ela já tem tantas outras taxas para pagar; é o alvará de funcionamento, é a taxa da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Então nós de fato temos que ficar atento a tudo isso, não criar mais taxas para tarifar nem empresa, nem agricultor, enfim, quem produz riquezas no Estado de Rondônia, primeira parte. Segunda, nós temos a responsabilidade, esta Casa tem a responsabilidade de rever este orçamento, porque se no ano que vem nós continuarmos perdendo receita ou deixando de aumentar receita, a culpa também pode ser da Assembleia Legislativa, de nós deputados porque é o momento é esse de fazer valer o orçamento do Estado para de fato dá apoio a quem trabalha e a quem produz no Estado de Rondônia. Então parabéns deputado Follador, principalmente porque vem da sua boca, pelas suas palavras e o senhor é um grande conhecedor da área da produção agrícola, o senhor é agricultor, o senhor veio de um Estado altamente produtivo e que nós precisamos de fato dá esse apoio para os nossos produtores aqui no Estado de Rondônia.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Obrigado deputado Luizinho, para nós é um prazer está ouvindo suas palavras como representante da região do cone sul, também o deputado Lazinho que é da bacia leiteira, especialmente ali Jarú, Ouro Preto, Cacaúlândia também, Ariquemes. Mas principalmente Jarú, Ouro Preto o leite hoje tem que melhorar, a genética já melhorou bastante. Então está faltando alimento, a quantidade de leite, principalmente na época da seca diminui muito está faltando um incentivo na questão de melhorar a produtividade de manejo. Inclusive a questão de distribuição de calcário, fazer e também distribuir maquinário, facilitar a vida do campo, você guardar... Lá no sul, meus irmãos mexem com leite há muito tempo desde quando eu estava lá, eles têm a média aí de 20 quilos por dia, por animal. Então a gente vê, mas lá tem alimentação além da pastagem, todo dia tem o trato do coxo. Nós precisamos criar, a EMATER tem que criar, incentivar, criar Polos, mostrar para o agricultor, porque o agricultor está igual a São Tomé, querver para crer, porque? Por que já está... Mandou plantar acerola e depois não teve comércio, mandou plantar seringa depois não teve futuro nenhum, mandou plantar, agora esta aí inclusive nós precisamos até a CEPLAC que vir aqui, que nós estivemos lá na Bahia, não é Deputado Lazinho e Deputado Marcelino? E agora vieram aí com um balde de água fria na nossa cabeça dizendo que o cacau lá da Bahia que foi com resistência a vassoura de bruxa, com alta produtividade não pode ser implantada em Rondônia porque tem que fazer novas pesquisas por causa do clima. Você viu aquele dia, foi um balde de água fria, nós pensamos que nós já estávamos lá na frente e nós estamos aqui atrás de novo. Então já naquele orçamento que nós aprovamos no passado teria um milhão de reais que seria para mudas de cacau, então nós precisamos que a CEPLAC também venha aqui conversar com a gente para ver como é que ficou essa situação junto com a EMBRAPA

para a gente incentivar que também é um setor muito importante, principalmente para os agricultores que tem mão de obra própria. Então deixar aqui registrado, até sugeria que o Deputado Laerte falou aqui a respeito dos funcionários a questão do recurso que foi tirado do salário deles, negociar com o Governo que retorne e além disso pague também o retroativo que foi sacado, se foi só esse mês, mas mesmo este mês no mês que vem seja colocado de volta, se não era para ter descontado tem que devolver ao funcionário público, tem que respeitar. E deixar aqui mais uma vez a minha indignação com o Coronel lá da folha que parece que ele tem o prazer de sacanear o servidor do Estado de Rondônia. A gente foi falar várias vezes com ele e ele só fala de prejudicar, jamais fala de favorecer, isso nos incomoda muito e os servidores aqui do Estado de Rondônia também todos estão incomodados com esta situação. Se tivesse uma situação dessa que tivesse até problema para retirar seja discutido primeiro para não ficar tirando sem saber se pode tirar, desrespeitar todos os servidores do Estado, principalmente mais de 20 mil servidores do Estado que estão sendo atingidos. Obrigado.

(Às 17 horas o senhor Edson Martins passou a Presidência ao senhor Marcelino Tenório)

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Presidente) – Parabéns Deputado Adelino Follador pela sua fala e pela sua explanação sobre agricultura do nosso Estado de Rondônia. Com a palavra por 20 minutos, com apartes, o Deputado Laerte Gomes.

O SR. LAERTE GOMES – Sr. Presidente do PSDB, PSDB partido o qual, Deputado Lazinho, teve um crescimento muito grande nesta eleição, na próxima semana vamos trazer os números, os dados aqui, na outra semana, vamos esperar a conclusão da eleição de Rondônia, que ainda tem Porto Velho, para nós falarmos sobre o resultado do partido neste pleito municipal e qual a projeção do PSDB para o processo eleitoral que já se avizinha de 2018. Dizer deputado, o Deputado Adelino disse aqui, antes de entrar no tema que eu vou abordar, o Deputado Adelino muito bem colocou essa questão dos novos prefeitos, Deputado Lazinho, a preocupação que tem que ter. Hoje eu conversei com alguns que vieram visitar a Assembleia, visitaram vários gabinetes, e disse do momento que vivem os municípios uma grave crise e que eles vão ter que ter a responsabilidade de não se deixar levar pela alegria da vitória, pela emoção do mandato e começar no dia 1º de janeiro nomear todo mundo, vão ter que exercer o chamado remédio amargo, Deputado Ribamar, de início de mandato que é segurar o que puder para poder colocar a casa em ordem, para poder colocar as contas em dia, fazer caixa para poder trabalhar. Então acho que esse é um tema também que a gente tem que discutir bastante nesta casa. Inclusive a semana que vem a Confederação Nacional dos Municípios, a entidade hoje que agrega mais municípios no Brasil, são mais 4.500 municípios associados, a qual eu já tive a honra e o prazer de ser vice-presidente nacional, vai estar fazendo um grande evento em Brasília levando os prefeitos para fazer três dias de palestras, de orientação com os novos prefeitos eleitos, então acho que é importante até para estar dando uma orientação maior a esses prefeitos, principalmente aqueles que nunca tiveram uma experiência ainda com a vida pública. Mas eu queria cumprimentar o Presidente, cumprimentar os deputados, deputadas, os amigos aqui nas galerias, aos nossos amigos internautas que estão em toda Rondônia, todo Brasil, todo mundo agora os que estão ligados à TV Assembleia. Dizer, Sr. Presidente, que on-

tem nós tivemos uma grande reunião no Palácio CPA com o Governador com uma comitiva de produtores rurais, de pecuaristas da BR 429, estiveram presentes o Governador Confúcio Moura, o Chefe da Casa Civil, o Secretário de Segurança, o Comandante Geral da Polícia Militar, vários técnicos, Presidente da Assembleia Maurão, Deputado Lebrão, onde nós estávamos tratando das questões das invasões que estão ocorrendo em algumas propriedades da BR 429. Alguns proprietários rurais pecuaristas que vieram deram seu testemunho, inclusive um de São Miguel do Guaporé que na última semana, no dia das crianças ele estava com sua família na sua propriedade e algumas pessoas encapuzadas, dizendo que seriam do movimento da Liga Camponesa. Invadiram fazenda armados, ameaçaram a família, levaram alguns pertences e lhes deram alguns recados. Que mundo nós estamos vivendo! Pessoas invadem uma propriedade particular, aterrorizam, ameaçam, roubam e ainda mandam recado, mandaram recados nossas autoridades policiais, ao setor de segurança, aos outros proprietários. Então, a gente percebe um momento de vulnerabilidade que passa a questão de terras aqui na nossa região, principalmente na nossa região, região central e na BR 429. E eles trouxeram, senhoras e senhores Deputados, algumas reivindicações junto ao Governador, trouxeram algumas reivindicações para que o Estado possa implementar. Da mesma forma também, disseram ao Secretário de Segurança, Comandante Geral da Polícia Militar, reconheceram o esforço, mesmo com o quadro de servidores um pouco abaixo do que é necessário, mas reconheceram aí o esforço da Polícia Militar e da Polícia Civil na questão do esforço que tem feito para fazer as desocupações nas áreas invadidas. Esses proprietários, senhoras e senhores Deputados criaram uma carta, na BR-429, a qual eu queria, senhor Presidente, fazer aqui a transcrição dos seus pedidos, através da Mesa de Negociação. Deram algumas sugestões, reivindicações ao Governo, através da Mesa de Mediação de Conflitos Agrários. Solicitaram do Governo a presença da Força de Segurança Nacional na região da BR 429, inclusive o Secretário de Segurança já fez essa solicitação ao Ministério da Justiça, da presença da Força de Segurança Nacional. A permanência da Delegacia de Polícia Civil em Seringueiras, que eu acho isso fundamental. Seringueiras hoje é um município na quadra da BR 429, que está tendo maior número de conflitos agrários. Acho que é importante, Deputado Lazinho, a manutenção da Delegacia e ampliação dos servidores no município de Seringueiras. Fizemos solicitação de uma equipe com delegado, investigadores exclusivos para conflitos agrários e a continuidade das investigações para identificação dos responsáveis pelo terrorismo na região. Solicitaram que o Governo, Secretaria de Segurança não fizesse mais a troca de Delegados, porque aí se tem, muda o inquérito e atrapalha o inquérito, muda o titular, que no caso é o Delegado da investigação, e acaba atrapalhando, porque o Delegado que lá está já tem informações. Solicitar da Polícia Militar a permanência da patrulha rural na BR-429, uma por cidade, e também carro sem adesivo para o setor de inteligência da Polícia Civil. A gente percebe que os produtores estão bem assustados, os pecuaristas, até nos pediram para não citar nomes, com medo de represálias das suas famílias, a gente percebe que realmente a situação é grave. Depois estivemos no Incra com esses produtores, numa audiência ao Incra, junto com o Brito, que é o Coordenador, Deputado Ribamar, o Coordenador do Incra, e eles também foram ao Terra Legal. E a gente percebe, Deputado Lazinho, o desencontro que há entre o Incra e o Terra Legal. Não há um trabalho de unidade, um trabalho conjunto que deveria existir,

não há, é um para um lado e o outro para o outro. Ontem, o Presidente do Incra nos passou a informação que hoje nós temos 106 conflitos agrários no Estado de Rondônia. Hoje, Rondônia é o líder em mortes no campo, no País, superou o Pará. Nos últimos 12 meses, vinte não chega a 30 mortes, vinte e poucas mortes. Invasões e conflitos agrários também não estão muito distantes de ser o líder. A gente percebe que não tem essa conexão entre os órgãos que deveriam estar trabalhando conjuntamente. Eu perguntei ao nosso Presidente do INCRA, desses conflitos quantos que seriam então da responsabilidade do INCRA e da responsabilidade do Terra Legal. E ele nos passou a informação que do INCRA seriam 26 propriedades de conflitos, 26 áreas de conflitos de responsabilidade do INCRA para resolver e do Terra Legal, 80. Então nós estamos aguardando, e o Governador nessa reunião ontem, o Governador informou a nós Deputados, que estávamos representando a Assembleia Legislativa naquela reunião, aos proprietários rurais, que ainda esse mês vai marcar uma audiência com o Presidente Temer para levar um tema único, só vai levar esse tema 'regularização fundiária do Estado de Rondônia'. Ele disse com palavras dele, do Governador, que não quer ficar marcado no seu governo por esses conflitos agrários. Que tem que haver uma forma de solucionar. Ou o Estado assumir aquelas áreas que é possível o Estado assumir para fazer a regularização, ou fazer essa conexão do Terra Legal do Incra e mudar esse sistema para ter mais facilidade na regularização, logicamente que tudo dentro da legalidade. Então, os nossos produtores que tiveram essa coragem, vieram até aqui para poder reivindicar um direito de posse que é deles, que na sua maioria estão ali há 30, 40 anos já, naquela região, aonde não existia asfalto, não existia estrada, não existia nada e hoje, depois que veio o progresso, veio o asfalto, veio a energia, veio o progresso, percebe-se que também vem esses movimentos querendo, aterrorizando a região, causando um prejuízo enormes a região, o preço da terra já desvalorizou, as famílias já não querem mais ficar nas propriedades, diante dessas ações, muitas vezes de terrorista, que algumas pessoas que se dizem de movimentos sociais que eu não acredito que sejam, porque usam a sigla de movimentos sociais, estão fazendo naquela região. Nós sabemos que têm muitas pessoas, filhos de produtores, produtores que merecem e necessitam de um pedaço de terra para sobreviver, mas nós sabemos que esses não estão enfiados e no meio desses poucos, vou falar aqui, desses poucos que fazem o que estão fazendo na região da BR-429. E acabam usando o nome de movimentos sociais, e acabam, na verdade, prejudicando toda essa questão social que precisa realmente ser resolvida, que precisa ser discutida que é a questão de assentamentos, modelos de assentamentos.

O Sr. Lazineiro da Fetagro – Um aparte, Deputado?

O SR. LAERTE GOMES – Deputado Lazineiro.

O Sr. Lazineiro da Fetagro – Deputado Laerte, Vossa Excelência está de parabéns pela pauta colocada hoje em discussão, principalmente porque o Estado de Rondônia hoje é um barril de pólvora. Eu acompanho essa problemática no Estado, tem aproximadamente uns 25 anos. E eu sei que nós temos problemas de várias formas, em vários lugares e de várias maneiras. Se você fizer uma análise das CATPs entregues ou concedidas nos anos 70, 80 e o posicionamento hoje do Governo Federal, do Governo do Estado com relação à legaliza-

ção dessas áreas, se tiver que pegar as cláusulas resolutivas desses contratos de concessão de terra pública, nós vamos começar, de maneira fria, a resolver os problemas. Porque nós temos, primeiro que não tem, ninguém é santo, tão santo nessa questão. Não tem só santo de um lado, e nem só santo de outro. De um lado nós temos movimentos e movimentos de luta pela terra. Que eu acho justo a luta pela terra porque eu não concordo com a maneira de distribuição de terra neste País. Estou aqui para defender essa bandeira de que a reforma agrária precisaria continuar precisando acontecer neste País, e nunca aconteceu. Não tem reforma agrária. Porque a reforma agrária, na minha visão, tem que ser feita de forma que a família que vá para sua propriedade terá condições de viver. E no Brasil, o que houve é distribuição de documentos, de um lado e de outro. E esses documentos são contestados tanto por um lado quanto por outro, da sua legalidade, da sua validade. Então, enquanto nós não fizermos, nós temos dezenas e dezenas de processos em Brasília, Deputado Laerte, há 15, 20 anos para serem julgados. Ou seja, processo que o Incra entrou pedindo a retomada da área e ainda é vetado e não é julgado. A gente precisa resolver isso porque senão o Incra fica preso no atendimento. Precisa realmente fazer com que o Terra Legal funcione e precisa que o Estado tenha isenção necessária para poder julgar. Porque a morte, eu posso garantir para Vossa Excelência, a morte é de quem faz a luta pela terra. Dos 28 que morreram, os 28 são pessoas que não têm terra. Não estou defendendo nenhum movimento. Eu tive e tenho afinidade muito grande com o MST e sei que a luta do MST não é luta feita de qualquer forma. É luta feita dentro daquilo que tem como a legalização, ou a lei permite fazer. Tem local onde o MST é expulso a balas e não é pelo MST que ele é expulso. Então, precisa que o Estado tenha isenção para realmente ver onde está acontecendo, de quem está acontecendo e prender quem tem que prender. Para encerrar, vou dar um exemplo para Vossa Excelência, no Cone Sul, numa área onde uma CATP já foi retomada e falta o julgamento final em Brasília, em que as famílias de sem-terras, que hoje são sem-terras, viviam nessas áreas a 15, 16 anos. E depois que começou a se desenvolver o Estado essas famílias, essas terras foram, entrada com processo de retomada pelo suposto dono da área, essas famílias foram jogadas no meio da rua e todo investimento que tem nessa área é dessas famílias que tem lá. E lá foram presas e condenadas as pessoas que estavam na terra, presos e condenados a 10, 12 anos de prisão. E nessa mesma batida da Polícia do Estado, essa mesma ação, Deputado Edson, da Polícia, prendeu o pessoal que estava, que era sem-terra, e deixou de prender uma camionete, um saveiro, cheia de armas pesadas do fazendeiro e eu cito aqui o nome, senhor Hilário Bodanese que é um dos maiores latifundiários do Cone Sul do Estado e que não olha para os outros proprietários como era, olha para si próprio.

Então, eu acho que Vossa Excelência tem toda razão, tem que mobilizar o Governo, tem que mobilizar todas as áreas para que a gente acabe com essas mortes no campo, porque continua sendo uma vergonha para o nosso Estado a quantidade de pessoas que morrem, atitudes como essa de entrar numa área e ameaçar família, isso não pode acontecer no nosso Estado. Independente se a pessoa é ou não, tem o direito definitivo da área, o respeito ao ser humano tem que ter de todos os lados. Parabéns a Vossa Excelência.

(Às 17 horas e 19 minutos o senhor Marcelino Tenório passa a Presidência ao senhor Edson Martins)

O SR. LAERTE GOMES – Deputado Lazinho, Vossa Excelência como profundo conhecedor que é desse tema, e falou com muita sabedoria, eu defendo isso, eu acho que isso é justo. Nós temos em Alvorada d'Oeste, Brasilândia, Castanheiras, naquele triângulo da divisa, Projetos de Assentamentos que deram certo, Josiel, Paulo Freire I, Paulo Freire II, III, enfim, são projetos realmente de produtores, Deputado Edson, Presidente Edson, de pessoas que queriam a terra, que ganharam a terra e estão lá dentro vivendo da terra. Foi discutido, foi desapropriado, foi cortado e que estão lá. Agora, o que nós não podemos aceitar é pessoas entrar nas propriedades e fazer o que fizeram na Fazenda Bom Futuro, isso é um absurdo, isso é invasão. É fazer as pessoas reféns, derrubar barracões, matar gado, matar animais, queimar pasto, derrubar cerca, essas não são pessoas que querem terra, essas são pessoas que se usam de movimentos sociais. Usam o nome e aqui no caso, está aqui, eu vou citar o nome porque está aqui no papel, LCP que usam nomes para fazer o terrorismo. Na verdade, em muitas localidades querem entrar, aterrorizar, para roubar, roubar madeira, tirar madeira, roubar o que atem nas casas, roubar gado, não é? Ameaçar as pessoas depois nem terra querem. Então, a preocupação hoje da 429 é essa dos produtores. Ontem, nessa reunião que teve, Deputado Lazinho, os produtores falaram, concordaram que é necessário fazer uma Reforma Agrária que ninguém é contra, que se forem pessoas com o perfil de produtores verdadeiramente, os produtores querem produzir, querem trabalhar, não tem nada, não há problema nenhum, tem que ser feito. O problema é esse perfil que está tendo hoje na região do Vale do Jamari que já teve no Vale do Guaporé, que já teve no Vale do Jamari. Hoje, você vai vender um alqueire de terra lá em Buritis, Campo Novo, naquela região, em Cujubim, você não acha comprador. Ninguém quer comprar nada, não há mais negócio, Deputado Edson. E da 429, o preço da terra já caiu e se continuar dessa forma vai ficar desse jeito. Então, eu acho que precisa, eu acho que, dizem que nas horas ruins, nos momentos difíceis você vê oportunidades, eu acho que há oportunidade de se avançar agora na Regularização Fundiária. Eu acho que nós temos esta Casa, Presidente Edson, Vossa Excelência que é Vice-Presidente, mas está sempre aqui presidindo a Sessão, a Comissão de Agricultura presidida pelo Deputado Lazinho, os demais Deputados, eu acho que é o momento de nós nos unirmos a esses produtores e pressionarmos fortemente a nossa Bancada Federal para que se uma, para que se uma em Brasília como o Acre faz, como o Acre faz, quando é necessário. Quando é necessário, um tema que é de interesse do Acre as pessoas deixam os partidos políticos, as ideologias de lado, os políticos de lá, e se unem em torno daquele objetivo e a bancada de Rondônia precisa fazer isso na questão da Regularização Fundiária. Chega! Lógico que não é o motivo principal desses conflitos, o motivo a Regularização Fundiária, mas é um dos motivos que, é um dos avanços que nós precisamos ter em Rondônia. E não é só na 429, no Vale do Guaporé não, é em todo o Estado de Rondônia, é em todos os Estados. O Deputado Lazinho muito bem colocou, e eu digo mais, não dá para riscar um fósforo hoje, porque se riscar nós vamos ter intervenção nesse Estado, vai acontecer tragédia, ter intervenção e aí a coisa vai ficar muito pior, a coisa vai ficar muito pior. O tema é grave, o tema é sério. Eu ainda não vi ninguém da Bancada se posicionar sobre isso. Precisa a bancada inteira de forma conjunta ir para cima do Presidente da República, ir para cima do Incra, ir para cima do Ministério do Desenvolvimento Social, de quem quer que seja, Deputado Edson. É necessário isso urgentemente. O Governador já se predisps a essa reunião com o Presidente Temer

para nós avançarmos, tem que mudar essa forma que é feita hoje a Regularização Fundiária com o Terra Legal, com o Incra, é um empurrando para o outro. Nós temos que facilitar, é muita burocracia, é muita dificuldade. Eu vi um Terra Legal aqui, Deputado, Srs. Deputados, do SIPAM para entrar no SIPAM como é que um produtor rural entra no SIPAM?

O Sr. Lazinho da Fetagro – Nunca.

O SR. LAERTE GOMES – Meu Deus do céu, você é revistado tudo, é documento, é um regime de segurança e lógico que tem que ser porque é questão da Amazônia, proteção da Amazônia. Mas o Terra Legal ele não pode estar lá. O Terra Legal tem que estar, a cadeira do Superintendente do Incra aqui, a cadeira do Terra Legal, se existir ainda esses dois, se não mudaram, tem que estar do lado da dele. Tem que ser o mesmo pensamento, nós temos que facilitar, desburocratizar, tem que ser o mesmo pensamento, nós temos que facilitar, desburocratizar para dar para esse povo, para dar para esse povo a terra de que é direito. Ninguém está falando aqui de quem é da terra ou de quem não é direito. É o que a Lei diz: - são tantos hectares. Então, é isso. É fazer a legalidade para dar documento para esse povo poder produzir, para este Estado crescer cada vez mais.

O Sr. Lazinho da Fetagro – Quando Vossa Excelência, me desculpa eu não ter lembrado no momento e agradeço mais uma vez. Na semana passada aqui na região de Porto Velho em dois acampamentos, um do MST e outro do MAB, tiveram pessoas atirando para tudo quanto é lado lá em cima. Teve pessoas lá dentro do acampamento com armas, com falso mandado de segurança para despejo dessas famílias que vivem debaixo de lona, aqui em Porto Velho. Então a gente precisa que o Estado, é aquilo que eu disse o Estado tem que estar atento a isso. E a pessoa foi lá e se apresentou como Agente de Polícia do Estado. Eu tenho isso gravado e já encaminhamos isso ao Secretário de Estado e não dá. Aí uma hora, é aquilo que eu estou dizendo, uma hora vem de um lado, vem de outro e a gente não sabe o que é que vai acontecer no Estado. Eu sei que o MAB, eu sei que o MST tem feito uma luta como sempre fizeram a luta pela terra e que precisa ser feito porque infelizmente, volto a repetir, a distribuição de terra neste País é muito injusta.

O Sr. Jesuíno Boabaid – Presidente, eu queria só...

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não, Deputado Jesuíno.

O Sr. Jesuíno Boabaid – É um tema de suma importância Vossa Excelência o senhor comentar, mas eu quero dizer para o senhor, Deputado Lazinho, independente das questões de bandeira partidária, Vossa Excelência pode entrar nesses acampamentos, vários, vários que se encontram presentes têm terra ou já tiveram terra e venderam, tem que ter um cadastro sim totalmente ali que vai avaliar todas as questões. Pode fazer uma análise, Deputado Laerte, vá aqui, em qualquer lugar, você vai pegar várias famílias que ocupam a terra...

O SR. LAERTE GOMES – Vendem.

O Sr. Jesuíno Boabaid – Resolvem, daqui a pouco estão vendendo. Infelizmente, Deputado Lazinho, acontece isso, isso é

fato, isso é fato. Você luta, eu tive com o MAB juntamente com pessoas lá no Incra em uma terra que estava com problema do enfrentamento, que é uma terra que era devoluta que está sendo discutido lá e agora o cidadão não fez da forma que deveria fazer, agora está querendo fazer o remanejamento. O Brito chegou e deu despacho que tem interesse em desapropriar, a União vai desapropriar, salvo engano isso. Mas eu falei para ele: gente, a preocupação maior é que vários oportunistas vêm, se aproveitam desses movimentos, ocupam a terra e fazem a venda e ficam trabalhando dessa forma, vendendo, ocupando, invadindo. Que eu falo invasão quando você está com uma terra, mesmo que você não tenha ainda o título definitivo, mas você tem uma posse e essa posse tem sim um domínio territorial. Agora, vir falar, defender, que a Polícia Militar não está fazendo os olhares deles! Faz até mais, isso eu posso ter certeza disso, não está a favor de fazendeiro não, eu não vou também generalizar...

O SR. LAERTE GOMES – Cumpre a Lei.

O Sr. Jesuíno Boabaid – Agora o que está existindo, os caras se utilizam desses mecanismos, dessas ações e não tomam... Outra coisa que tem que falar também, aqui é Terra Legal e Incra, você vê aí o Terra Legal está lá dentro do SIPAM. Para você entrar lá meu amigo, você tem que passar por uma aprovação total não se bicam, os dois não discutem as questões da regularização e cerca de 70% ou mais dessas ações é da União. E a nossa bancada, infelizmente, os Senadores, o próprio Governo é inerte, o Governo Federal, infelizmente, não toma medida para sanar esse problema.

Era isso que eu queria falar quanto a esse tema e soma ao apoio se for necessário dos próprios Deputados irem ao Congresso pedirem uma posição, porque não podemos deixar da forma que está.

O SR. LAERTE GOMES – Com certeza Deputado, e Vossa Excelência o tema que falou muito bem essa questão do Terra Legal, inclusive o Incra, o Brito do Incra disponibilizou um pavilhão lá para o Terra Legal. Eu não sei se o Deputado Lazinho já tem consciência...

O Sr. Lazinho da Fetagro – Sim.

O SR. LAERTE GOMES – E aí, ontem, o Brito do Incra, tem uma vontade, ele foi colega aqui de Parlamento, ele já foi Deputado, é uma pessoa, funcionário de carreira do Incra, o Brito, você vê a vontade dele vontade de resolver e ele fala: “eu não dou conta do Terra Legal, parece que é uma dificuldade”. Nomearam agora um cidadão para ser chefe do Terra Legal, um membro da bancada federal nomeou; o cara, eu acho que não sabe nem o que é terra. Não sabe nem o que é terra vai lá ser o representante do Terra Legal, não tem conhecimento nenhum. Então é isso, é isso que irrita e revolta os nossos produtores.

O Sr. Lazinho da Fetagro – Só para concluir, Deputado Edson, só para concluir aqui. Esse tema a gente precisaria ter aqui umas três sessões, porque ele é um tema que, assim como muitos outros, é de muita importância e de muita preocupação no Estado e eu tenho acompanhado muito bem isso aí. O Incra e aí eu quero aqui, Deputado Jesuíno, o Incra não entrega terra para quem já entregou uma vez. Se tem pessoas dentro de acampamentos que pegaram terra e venderam, ele não vai pegar mais terra do Incra. A Lei é clara com rela-

ção a isso. Mas tem... Colocar família, Deputado, eu vou dar um exemplo para Vossa Excelência. Lá em São Felipe, por isso que o tema precisa ser discutido. Em São Felipe tem uma fazenda de cana de açúcar, uma fazenda com uma indústria de álcool. Essa fazenda quando foram entregues as CATPs de dois mil hectares, que era o máximo, ele tem 12 filhos, cada um pegou dois mil hectares de terra. Então quando eu digo que a distribuição de terra está errada e é por isso que a gente tem que fazer esse debate, Deputado Ribamar, se o pequeno não pode vender a terra e fraudar na sua aquisição ou na sua inscrição colocando um filho, o grande também não podia há 20 anos. Então a gente tem que olhar por muitos lados. E eu acho que não tem mesmo que dar terra, na minha visão a terra é do Estado, Deputado Edson. A terra é do Estado, nem o grande nem o pequeno poderiam vender. Utiliza-se e quando não quiser mais, entrega para o Estado, isso é no pequeno e é do grande. Agora, existem pessoas, Deputado Laerte que estão hoje atrás de terra e lá atrás um dia tentou pegar e deixou, existem. Porque nós não podemos exigir que uma pessoa tem que andar. Eu andei, Deputado Laerte, 50 quilômetros atrás de um pedacinho de 20 alqueires de terra, com um cacaio nas costas. Eu fiz isso em 1984, 50 quilômetros e eu não aguentei, eu fui frouxo. Eram só 50 quilômetros, dava para andar a pé. Passa-se para ir lá nessa área, lá em Buritis, passa-se em 4 fazendas de 12 quilômetros cada uma, e eu passava por dentro daquelas fazendas com um cacaio nas cotas, não só eu, para vir lá na barranca do rio Candeias pegar 20 alqueires de terra. Não dá para a gente discutir a injustiça neste Estado. Agora, Vossa Excelência tem razão, o Estado tem que tomar providência, e se tem bandido dos dois lados tem que ser preso.

O SR. LAERTE GOMES – Agora eu avalio...

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Deputado...

O SR. LAERTE GOMES – Já passando para o Deputado Edson.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Deputado Lazinho, só quebrando a ordem, Vossa Excelência usou três vezes apertados, mas com certeza Vossa Excelência como Presidente da Comissão de Agricultura, grande Parlamentar que é nesta Casa, com certeza Vossa Excelência tem contribuído e o assunto é pertinente à Comissão que Vossa Excelência exerce. Parabéns. Deputado Laerte eu só gostaria também de participar nesse seu discurso e parabenizar Vossa Excelência como Deputado, Prefeito que foi oito mandatos profundo conhecedor dos grandes problemas municipais, inclusive da agricultura. Ontem pela manhã, na audiência que tivemos com o Governador quando eu até cobre do Governador: “Governador o que está acontecendo com o Terra Legal?” “O Terra Legal no início estava indo parece tão bem, parou, parou tudo. O Terra Legal hoje igual ao Incra, nada acontece. E também, conversando com o Brito há algum tempo também, ele questionando a questão do Terra Legal, até querendo voltar a trazer o Terra Legal para dentro do Incra que até eu discordo, com toda a capacidade do Brito, mas a legislação que submete ao Incra ela emperra, todo mundo conhece. O Incra, na verdade, teve uma atuação no início do assentamento com a legislação do Estado de Rondônia e depois parou por muitos anos. E o Terra Legal, a lei do Terra Legal é muito mais flexível do que o Incra. Nós precisamos na verdade é criar o Instituto de Terras ou ter alguém no Terra Legal que faça realmente as coisas acontecerem. E com certeza a regularização fundiária é um passo para

o desenvolvimento do Estado de Rondônia, eu não tenho dúvida disso. Com certeza, Vossa Excelência está de parabéns por trazer um assunto tão importante a esta tribuna. Eu acho que nós temos que realmente trabalhar e fazer o possível para que as coisas realmente aconteçam, que o Terra Legal venha trabalhar na regularização fundiária do nosso Estado. Então esse assunto é muito importante, nós precisamos realmente achar um meio para fazer regularizar. E quanto a essas invasões de terras eu sou contra. Acho que tem muitas figurinhas carimbadas nos acampamentos, pessoas que terminam, saem de uma invasão de uma terra, já vão para outro município, eles vivem maquinando, planejando todo o tempo aonde é que eles vão e cometer muitas vezes crime ambiental, cometer crime, fazer o que fizeram lá em Seringueiras. Um absurdo o que aconteceu recentemente lá em Seringueiras, acho que também precisa conter essa situação. Mas a regularização fundiária é fundamental para o desenvolvimento do Estado para que as pessoas possam ter acesso às linhas de crédito e possam investir e produzir. E eu vejo uma solução realmente muito razoável, muito boa para o Estado de Rondônia é investir forte na produção de grão porque o nosso Estado tem potencial, ao mesmo tempo que recupera as áreas degradadas e possa produzir grãos. Então parabéns. Esse realmente é um assunto que me interessa muito e esta Casa precisa trazer a esta tribuna esse debate. Parabéns, Deputado Laerte.

O SR. LAERTE GOMES – Obrigado, Deputado Edson. Eu vou encerrar, mas só queria falar rapidinho de uma agenda que nós vamos ter nesta semana. Mas dizer, Deputado Edson, que se faz necessário, Deputado Adelino, criar cadastro social para as pessoas que querem terra, e os municípios fazem isso, como se faz com o Bolsa Família. Quem cadastra são os municípios, porque nós vamos interligar todo esse sistema. Logicamente que os municípios, a questão do Bolsa Família, muitos municípios irresponsáveis cadastraram quem não precisava, mas há de se fazer um cadastro social para que se saiba quem são as pessoas que estão nesses movimentos. Os municípios fazem o cadastro e o Incra faz a reforma agrária que é necessária neste País. Agora, o que não pode também é fazer, por exemplo, em Seringueiras na fazenda do Terboy, o Incra foi lá, adquiriu a fazenda e até hoje não abriu nem processo para pagamento. Então aí também não adianta nada. Se o Incra não pagar as terras também, se não pagar as benfeitorias, se fala em benfeitorias porque muitas das terras dizem que são terras públicas, mas as benfeitorias então não adiantam nada. Então nós não vamos avançar nunca na reforma agrária que é necessária.

O Sr. Adelino Follador – Um aparte deputado?

O SR. LAERTE GOMES – Pois não.

O Sr. Adelino Follador – Eu quero parabenizar o Deputado Laerte por esse seu pronunciamento importante, mas eu quero dizer o seguinte, já foi feita inscrição no Correio todo mundo, a pior coisa que existe neste país e em Rondônia é criar expectativa e não acontecer, então primeiro levanta as terras que tem, depois abre, chama, mas tem que ter, agora é aquilo que V.Exª falou agora, esse negócio de criar uma expectativa depois não acontece nada a população não aguenta mais isso, aí acaba colocando, criando expectativa naquele que não tem terra que vai ter terra, aquele que tem a propriedade também não foi indenizado aí eles entram e aí acontecem esses conflitos. Então, eu sou contra de criar expectativa antes de você ter

o produto na mão, se você tem tantos mil hectares então vamos cadastrar para ver que se encaixa naquilo ali para entregar já sabe a quantidade, agora, Deputado Ribamar, a pior coisa que tem é essa expectativa tanto daquele que precisa da terra como o dono da terra lá que, coitado, não tem culpa nenhuma, o INCRA não indenizou, não está disponível essa terra, mas já criou uma expectativa do outro lado que ele vai ter essa terra e aí vira esse conflito e acontecem essas mortes, então eu sou contra. Esse cadastramento já foi feito no Correio quando eu fui prefeito no primeiro mandato, todo mundo fez fila, parecia que todo mundo ia ter terra quando o PT entrou, foi na época do Lula e não aconteceu nada e está até hoje essas brigas aí e eu não vi reforma agrária em lugar nenhum. Obrigado.

O SR. LAERTE GOMES – Verdade Deputado Adelino. Mas tal decreto presidencial até o mês de novembro, me parece que nesse decreto vai ser transferido o cadastro social para os municípios fazerem. O Governo logicamente tem que ter uma política pública voltada para isso, mas que era necessário, Deputado Ribamar, se achar um caminho para esses conflitos agrários é necessário. Nós estamos a ponto, perto de acontecer alguma coisa maior e sujeito a intervenção, se vier acontecer isso a intervenção neste Estado, aí a coisa vai ficar muito ruim. E também dizer antes de concluir, saudar aqui o Vereador eleito Eliseu do município de Costa Marques, lá do Distrito de São Domingos, o Vereador Gonçalves que está aqui também reeleito, e todos os demais vereadores, o Roberto Gutierrez nosso amigo que está aqui presente. Dizer que nós vamos estar sexta-feira, às 11:00 horas da manhã, Deputado Edson, em Brasília numa audiência com o Ministro de Minas e Energia acompanhando uma caravana de moradores de Alvorada d'Oeste, vamos estar numa audiência com a Deputada Federal Marinha Raupp e com o Senador Raupp sobre a questão do Linhão da BR 429 que liga Presidente Médici a Costa Marques, e Urupá também vai ser atendida, Deputado Edson, é uma vergonha porque nós estamos há 30 anos lá sofrendo com isso naquela região e percebe-se que já tem o projeto, já está tudo certo, licitado, mas não tem o dinheiro. Estão atrás agora, Deputado Lazineiro, de financiamento do BNDES, parece que não tem para financiar algo em torno de 400, 500 milhões, que me parece que é o valor. Financiaram Cuba, financiaram Venezuela, financiaram Equador, financiaram tudo e não tem dinheiro hoje para financiar uma obra importantíssima para o desenvolvimento daquela região da BR 429 que é o Linhão. Então eu espero que a gente comece a fazer um trabalho como a gente fez há 10 anos quando foi feita a pavimentação asfáltica, um trabalho dessa forma com os moradores, com os agentes públicos da região da 429 que a gente faça esse trabalho agora com o Linhão. O Deputado Lazineiro está aqui um pouco triste porque eu falei de Cuba, do Equador, da Venezuela, mas o PT ao está mais no poder, então isso não vai acontecer mais. Agora com certeza o BNDES vai aplicar o dinheiro dos brasileiros no Brasil. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado Deputado Laerte, agradecer pelo seu discurso. Quero aproveitar aqui para registrar a presença do Vereador Milton do Mercado, parece que acabou de sair, nosso amigo lá de Seringueiras; também o Vereador Moisés Rodrigues, vice-presidente da Câmara Municipal de Castanheiras, obrigado pela presença; também o Vereador Serginho da Câmara Municipal de Costa Marques; o Vereador Cleberson Gonçalves, Presidente da

Câmara do Município de Costa Marques; o Vereador Luiz Paca, Câmara Municipal de Espigão d'Oeste, muito obrigado; e também o Vereador Eleito Eliseu Aparecido, do Município de Costa Marques, muito obrigado pela presença.

O SR. LAERTE GOMES – Presidente Edson, o de Castanheiras é Boinho, V.Ex^a falou o nome dele ninguém conhece.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – É o popular Boinho, parabéns pela reeleição, Boinho. E o Gutierrez, muito obrigado, representando a nossa imprensa. Agradecer aqui o Ilustre Deputado Airton Gurgacz, grande líder do município de Ji-Paraná, que está abrindo mão da fala, em face do tempo, para que pudesse já passar para o próximo orador inscrito, que é o ilustre Deputado Ribamar Araújo, grande Deputado Ribamar. Parabéns aí, Deputado Ribamar, pela coragem de colocar o seu nome à disposição como candidato a Prefeito do município de Porto Velho e, com certeza, o grande Deputado Ribamar, o Deputado tem sido um exemplo nesta Casa, desde o meu primeiro mandato, nós estamos aqui juntos. Com a palavra, por 20 minutos com apartes, o ilustre Deputado Ribamar Araújo. O Deputado Airton tinha aberto mão da fala para passar, mas com a palavra então, o ilustre Deputado Airton Gurgacz.

O SR. AIRTON GURGACZ – Boa tarde, senhor Presidente, boa tarde a todos os funcionários desta Casa; a todas as pessoas que estão aí no nosso plenário. Quero cumprimentar o todos os vereadores eleitos, os reeleitos, que fizeram aí, tiveram uma campanha com grande sucesso. Campanha de Vereador é uma das campanhas mais difíceis, e a gente sabe disso, ser Vereador é o que recebe todas as cobranças da população, a pessoa que mais está mais presente, junto do povo dos seus municípios. Quero cumprimentar aqui também o nosso amigo jornalista, que está presente aqui de Ji-Paraná; e cumprimentar a todos. Quero aqui parabenizar a nossa CDL lá de Ji-Paraná, pela Feira da Pechincha que abriu no dia 15 e se encerra no dia 22, que está sendo feita no nosso Parque de Exposição Hermínio Victorelli. É a 18ª Feira da Pechincha, onde reúne mais de 50 empresas, lojas de todas as áreas, com uma variedade, e dando descontos, assim, muito bons, chega a 50% a 60%. Nesse momento que eles conseguem dar uma esquentada lá no nosso comércio na nossa cidade. Esse evento traz, assim, uma movimentação muito grande para o nosso município, traz até pessoas de outros municípios, trazendo até, de certa forma, turismo para a gente lá, para a nossa cidade, onde os hotéis são ocupados, os restaurantes. Então, essa iniciativa do nosso Presidente da CDL é muito boa, de a gente ver, como é 18ª já feira que está sendo feita, a gente vê o sucesso que está tendo e que vai até o dia 22, começou no dia 15 e vai até o dia 22. E também terá um show de cantor lá no sábado à noite, com encerramento às 21 horas. As CDLs desses municípios precisam e devem fazer esse movimento, porque a gente precisa nesse momento de crise que se encontra aí o nosso País, nós precisamos dar uma mexida aí, e essa forma de você dar esse desconto, você consegue movimentar a cidade, movimentar os compradores, movimentar toda a sociedade nessa situação aí que a gente passa tão difícil, dessa falta de dinheiro, dessa falta de compra que as pessoas estão tendo hoje no nosso País e também no nosso Estado, e tam-

bém nos nossos municípios. Então mais uma vez parabenizar aqui o nosso Presidente Sebastião por esse evento grandioso. Também aproveitando este momento, queremos dizer que ontem foi feita a diretoria da Associação Rural de Ji-Paraná, de Rondônia, com sede em Ji-Paraná, que é a Expojipa, a 38ª, tem 38 anos já a nossa Expojipa. E a gente quer parabenizar toda a diretoria através do senhor Sergio, que foi sempre lá diretor e hoje ele passa a ser Presidente da Diretoria. Parabenizar também a Diretoria anterior que fez um grandioso trabalho, porque a Expojipa nossa é uma das melhores feiras do Estado de Rondônia, não desmerecendo as outras, mas nós estivemos lá desde a primeira, há 38 anos, quando se começou a Exposição, a Expojipa de Ji-Paraná, nós fomos lá junto com os fundadores. Aí temos lá o Dr. Assis Canuto, temos várias pessoas, Ney Góes, falecido já; senhor João da Calama também falecido, muitas pessoas que já se foram, mas que nos deixaram um legado muito bonito dentro do nosso Parque de Exposição de Ji-Paraná. Então é um evento muito grandioso, que oportuniza sempre, milhares e milhares de pessoas que vão a nossa feira, porque é uma feira muito grande, e onde se expõe lá todos os tipos de equipamentos agrícolas, gados, essa questão da bacia leiteira, gados, todo o tipo de animais que tem nessa nossa Exposição. E também trazendo agradáveis shows, e trazendo um bingo também para nós lá, que toda ou quase toda noite a gente tem um bingo lá, você compra um passaporte. E o sucesso da nossa feira sempre foi muito grande, como todas outras aí também que nós temos em outros municípios, as feiras são grandiosas, mas a nossa é semanal, é claro que a gente vê uma certa diminuição nesses últimos dois anos, mas isso em virtude, acho que também da crise financeira que passa o País, aonde a gente vê uma certa queda. Mas é com muita alegria que eu consegui, há 38 anos, junto com as pessoas, formar e cercar uma área de terras lá, onde hoje é um grande e belo parque de exposição, onde passou diversas diretorias, diversos presidentes e que se constitui hoje num dos melhores parques da Amazônia, não vou nem dizer do Estado, mas da Amazônia Legal nossa. Então é um orgulho para nós ji-paranaense que moramos lá há muitos anos, como o Roberto Gutierrez que é testemunha também, que nasceu aqui, nasceu em Guajará e hoje vive em Ji-Paraná há mais de 40 anos, é um índio, não é Roberto? O pessoal chama você de índio, o apelido do Roberto Gutierrez, mas é com muita alegria, o Roberto acompanhou todos esses eventos. E são eventos grandiosos, e muito bons, que têm sido feitos lá nas nossas feiras agropecuárias, onde a gente lamenta os comentários dos nossos companheiros Deputados, onde a agricultura não tem nada para investir esse ano que vem, através do governo. Mas amanhã farão uma reunião junto com o nosso Presidente Lazine e vários Deputados que compõem essa Comissão da Agricultura, porque tem, como comentaram, a agricultura é um dos maiores geradores de empregos aqui no nosso Estado, e de renda. Então nós temos que ter um carinho especial pelas pessoas que moram na roça, as pessoas que produzem o nosso alimento para as nossas cidades. Não fosse o pequeno, o médio e também o grande agricultor, o que seria de nós moradores da cidade que faltaria tudo, não é? Eu me lembro que quando eu cheguei aqui em Rondônia, há 41 anos, tinha 02 municípios e não se plantava quase nada. Aí a população foi chegando, abrindo, desmatando e hoje nós

produzimos tudo. Temos uma produção de hortifrutigranjeiros, frutas, tudo se produz neste nosso Estado de Rondônia, que é um Estado maravilhoso na produção. Eu acho isso fantástico porque naquela época as pessoas diziam que nada dava. E hoje você, o que você quiser você tem na nossa produção de Rondônia. Também quero aproveitar este momento para comunicar que na semana passada nós perdemos lá, um dos nossos pioneiros da nossa cidade, o Joaquim Dantas, um pecuarista, e também morava lá há mais de 40 anos, sua família está lá. Ele já estava também numa idade avançada, problema de infarto, tinha 84 anos, chegou em Vila Rondônia em 1974, portanto, há 42 anos. Vindo lá de Mossoró, Rio Grande do Norte, uma pessoa que investiu, acreditou, confiou, empresário, fazendeiro e que deixou a sua família, seus três filhos, com muitos netos na nossa cidade, que continuarão levando lá seus empreendimentos e levando a sua história do seu Joaquim Dantas, que a gente lamenta aqui. Queria deixar registrado nesta Casa o pioneirismo desse homem, um cidadão que 42 anos ficou lá. E eram essas as minhas comunicações. Também perdemos lá o Caio, filho do senhor Arlindo Xavier. Foi brutalmente assassinado em Vilhena. É lamentável. Queremos deixar aqui os nossos sentimentos à família do seu Arlindo, companheiro nosso também. É uma tristeza muito grande. É isso que eu tinha para esta tarde nas Comunicações de Lideranças e partidos. A todos aí, Presidente, Deputados, muito obrigado. Um abraço a todos. Boa tarde.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado, Deputado Airton Gurgacz. Ainda nas Comunicações de Lideranças, eu concedo a palavra ao Deputado Ribamar Araújo, por 20 minutos com apertes.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO – Excelentíssimo Senhor Edson Martins, Presidente dos trabalhos nesta tarde, cumprimentar os demais Deputados, aqui Jesuíno Boabaid, Adelino Follador, Laerte Gomes, além de Saulo Moreira e Airton Gurgacz. Cumprimentar os funcionários da Casa, cumprimentar a imprensa, minhas senhoras, meus senhores. Primeiro, Deputado Edson, eu queria parabenizar aqui a uma categoria muito importante que hoje se comemora o seu dia, que é o Dia do Médico. Então, a todos esses profissionais abnegados da Medicina, ficam aqui o meu respeito, os meus parabéns, as minhas atenções. Discutiu-se na tarde de hoje, alguns Deputados que usuram a tribuna e alguns que apartearam, sobre essa questão fundiária, questão dos conflitos agrários existentes aqui no nosso Estado, na Amazônia e por que não dizer no Brasil. Eu sempre atribuo tudo isso à falta de intervenção do Estado. O Estado, se fizesse a sua parte, com certeza solucionaria todos esses problemas. O Brasil é imenso, principalmente a Amazônia e a gente ver a incongruência de com tanta terra que esse país tem, a gente ver irmão matando irmão por questões de terra. Isso não tem nenhuma justificativa e não tem nenhuma explicação, a não ser o desinteresse, a irresponsabilidade do Estado, nas três esferas, mas principalmente o Estado, o Governo Federal que muitas vezes está na sua mão a condição de fazer a Reforma Agrária, não essa Reforma Agrária, que isso é um arremedo de Reforma Agrária. Mas, uma Reforma Agrária de verdade, aonde o cidadão que quer produzir verdadeiramente quer produzir, ele tenha além do seu pedaço de terra, ele tenha todas

as condições também para continuar produzindo na terra e não muitas vezes dar essa satisfação, jogar o cidadão lá naquele pedaço de terra e nem uma assistência se dar para o cidadão sobreviver em cima da terra. Aí qual é o principal estímulo? O principal estímulo é o cidadão que, não são todos, é claro, tem uma grande parte que troca até pedaço de terra por cachaça, mas tem uma grande parte que gostaria muito de produzir em cima da terra, claro que muitos produzindo. Mas, o que certo é que falta a intervenção, falta a responsabilidade do Estado. E nos referindo a esse tema nesse momento, aqui um pouco perto da gente, aí no vizinho município de Candeias do Jamari, lá no distrito chamado Vila Samuel, ali uma área de terra que há muito tempo, eu fico imaginando se no século XXI ainda existe tantos conflitos agrários, existe tanto jogo de interesse, existe tantos ricos muitas vezes levando vantagem em cima do sofrimento dos mais humildes; você imagina 30, 40, 50 anos atrás como não era a esculhambação nesse país. A ponto de um cidadão que está reivindicando ali na Vila 45, 28 mil e 800 hectares de terra, ali há mais de 20 anos tem gente assentado, tem gente que ocupou, tem gente produzindo e se formou um Núcleo Urbano, aonde já tem em torno de 600, 800 famílias só no Núcleo Urbano, contando com a zona rural vai para talvez 3, 4, 5 mil famílias que está lá morando, produzindo e querendo viver com dignidade. Recentemente, há uns 8 meses, um cidadão conseguiu uma Liminar na Justiça e com despejo para tirar todas essas famílias lá de dentro e aí a gente ver, a própria Polícia já estava fazendo, estudando o terreno e vendo já para retirar essas famílias lá de dentro. Imagina o tamanho do problema social que ia ser causado por essa desocupação. A sorte é que se formou uma Comissão, uma Comissão de gente séria com moradores lá de dentro, com produtores rurais lá de dentro e contratou um advogado, um advogado sério também, o Dr. Cristiano, que hoje está em Brasília, falando com os órgãos federais, falando com as autoridades federais a respeito desse problema que está acontecendo lá na vila Samuel. Mas, o certo é que esta terra pelo que o Procurador Federal, Dr. Rafael, apurou, esta terra, toda esta terra pertence a União e se pertence a União, não cabe a Justiça do Estado de Rondônia tomar qualquer tipo de providências. Então, o Procurador Federal, Dr. Rafael, já pediu que esse processo vai para mão da Justiça Federal e quero pedir ainda mais, se o cidadão que está lá a 20, 25 anos produzindo, um cidadão desse já tem todo o direito de continuar na terra produzindo e criando os seus filhos com dignidade. Então, eu quero parabenizar tanto ao advogado Dr. Cristiano pelo seu esforço, apesar de estar ganhando com dignidade os seus honorários, mas, ele com muita presteza e com muita sabedoria, ele pode revogar esse quadro que ia se tornar insustentável. E também parabenizar muito a Comissão formada por 15 pessoas, lá da comunidade da Vila Samuel, que tomaram a frente, muitas vezes controlando os ânimos da maioria daquelas pessoas que queriam tomar algum tipo de providências, muitas vezes querendo fechar a BR, nada disso, se não fosse esta Comissão que interferiu com as lideranças fortes, garantindo para eles que a desocupação, essa Liminar ia ser derrubada, eles poderiam ter tomado providências que não é boa para ninguém, porque impede acima de tudo, na hora que se fecha uma BR importante dessa, uma estrada que liga nós de Rondônia, parte do

Amazonas, o Acre ao restante do país, qualquer tempo que essa rodovia fique fechada é um grande prejuízo para toda população. Mas o certo é que nós estamos perto de resolver esse imbróglio, eu tenho fé em Deus que a Justiça Federal vai dá o ganho de causa para essas pessoas que lá habitam há mais de vinte anos e essas pessoas possam ter o documento da sua terra para que elas possam verdadeiramente se sentir o dono dessas terras e acima de tudo poder ter acesso ao crédito, poder dizer livremente aqui é meu pedaço de terra. Queria cumprimentar ali o vereador reeleito amigo Alan Queiroz, juntamente com seu irmão Alex, sejam bem-vindos a nossa Casa, a vocês o meu respeito, minha atenção e também cumprimentar o Gutierrez que está aqui o jornalista. E encerrando aqui o meu discurso, peço a Deus que tudo isso, esses conflitos agrários que acontece principalmente aqui na Amazônia e principalmente no Estado de Rondônia, que seja resolvido de uma vez por toda e que os nossos produtores rurais aqueles que estão em cima da terra produzindo comprovadamente produzindo, querendo viver em paz e com dignidade, pessoas muito ordeiras que seja resolvido, o Estado interfira e o Estado não deixe mais que aconteça essa matança, que aconteça tudo isso que tenha acontecido. Então, nessa área lá da Vila Samuel, eu faço um apelo a todas as autoridades que tenham acima de tudo bom senso e não procure mais seguir um processo cheio de vícios e que um processo que tem que ser da Justiça Federal e não da Justiça do Estado de Rondônia. Essas eram as minhas palavras Deputado Edson Martins, e gostaria que ficasse registrado aqui nos anais desta Casa, essas minhas palavras na noite e dia de hoje, muito obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado Deputado Ribamar Araújo, pelo seu discurso tão importante; peço que dê toda publicidade a esse discurso do ilustre Deputado Ribamar, pela importância Deputado Ribamar, quando Vossa Excelência se apresenta a essa tribuna em defesa de uma população sofrida da Vila Eletronorte, que luta, é uma reivindicação tão justa que é pelo documento da sua propriedade. Vossa Excelência realmente traz a essa tribuna um assunto importante que é a regulação fundiária assim como o Deputado Laerte Gomes, também que falou recentemente esse mesmo assunto. Um aparte.

O SR. LAERTE GOMES – Só cumprimentar o Vereador Alan Queiroz, do PSDB, nosso partido reeleito aqui no município de Porto Velho, está com os eu irmão juntamente com o Deputado Aécio aí, só deixar aqui o registro.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Parabéns Vereador Alan, aí pela sua brilhante reeleição a vereador do município, parabéns Alan.

Encerrada as Comunicações de Liderança. Passamos as Comunicações Parlamentares, não há oradores inscritos.

E nada mais havendo a tratar invocando a proteção de Deus e antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Extraordinária para em seguida a fim de apreciarmos as seguintes matérias a ser apreciadas: Projeto de Lei 469/16, Projeto de Decreto Legislativo 075/16, Projeto de Decreto Legislativo 076/16, Projeto de Decreto Legislativo 077/16, Projeto de Decreto Legislativo 080/16, Projeto de Decreto Legislativo 081/16, Projeto de Decreto Legislativo 082/16, Projeto de Decreto

Legislativo 083/16, Projeto de Decreto Legislativo 084/16, Projeto de Decreto Legislativo 085/16, Projeto de Decreto Legislativo 079/16, Projeto de Decreto Legislativo 086/16, Projeto de Decreto Legislativo 087/16, Projeto de Decreto Legislativo 088/16, Projeto de Decreto Legislativo 089/16, Projeto de Lei 494/16, Projeto de Lei 499/16, Projeto de Lei 500/16, e o Projeto de Lei 501/16.

Está encerrada esta Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 18 horas e 05 minutos).

**ATA DA 54ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 9ª LEGISLATURA.**

Em 18 de outubro de 2016

Presidência dos Srs.
MAURÃO DE CARVALHO
SR. EDSON MARTINS

Secretariado pelo Sr.
JESUÍNO BOABAID

(Às 18 horas e 16 minutos é aberta a Sessão)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Airton Gurgacz (PDT), Alex Redano (PRB), Cleiton Roque (PSB), Edson Martins (PMDB), Jesuíno Boabaid (PMN), Laerte Gomes (PSDB), Lazinho da Fetagro (PT), Lúcia Tereza (PP), Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PMDB), Ribamar Araújo (PR) e Saulo Moreira (PDT).

DEPUTADOS AUSENTES: Dr. Neidson (PMN), Ezequiel Júnior (PSDC), Glaucione (PMDB), Hermínio Coelho (PDT), Jean Oliveira (PMDB), Lebrão (PMDB), Leo Moraes (PTB), Rosângela Donadon (PMDB) e Só Na Bença (PMDB).

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 54ª Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda a leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – Solicito a dispensa da leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, Sr. Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Está dispensada a leitura da Ata da Sessão anterior e determino a sua publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa.

Passamos a Ordem do Dia.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO. Concede Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao Sr. Olindo Vanzella.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Susta os efeitos do parágrafo 1º do artigo 2º do Decreto 21.299.

É só leitura.

PROJETO DE LEI Nº 469/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 165. Altera dispositivos da Lei nº 688, de 27 de dezembro de 1996, que institui o Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Projeto se encontra sem parecer. Solicito ao Deputado Laerte Gomes para emitir o parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Deputado, trata-se do Projeto de autoria do Poder Executivo/Mensagem 169, Projeto de Lei 469/16, que “Altera dispositivos da Lei nº 688, de 27 de dezembro de 1996, que instituiu o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS”. Pela boa redação técnica, legalidade, e, constitucionalidade, somos de parecer favorável, senhor Presidente, pelas Comissões Pertinentes.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o parecer do Deputado Laerte Gomes. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 469/16. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI Nº 494/16 DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Dispõe sobre a obrigatoriedade de cumprimento de Termo de Compromisso firmado pelos representantes legais dos Poderes, Órgãos, Entidades ou Empresas com os proponentes junto a Assembleia Legislativa.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Projeto de Lei nº 494/16 de autoria do Deputado Jesuíno Boabaid, já está com parecer.

Em primeira discussão e votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 075/16 DA DEPUTADA LÚCIA TEREZA. Concede Medalha do Mérito Legislativo ao Dr. Luis Eduardo Maiorquim, Secretário de Estado da Saúde de Rondônia.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Projeto se encontra sem parecer pela Comissão de Educação e Cultura.

Solicito ao Deputado Ribamar Araújo para emitir parecer pelas Comissões.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO – Projeto de Decreto Legislativo 075/16 de autoria da Deputada Lúcia Tereza que concede Medalha do Mérito Legislativo ao Dr. Luis Eduardo Maiorquim, Secretário de Estado da Saúde de Rondônia. Tendo respaldo legal, regimental, meu parecer é favorável.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do Deputado Ribamar Araújo pela Comissão de Educação e Cultura. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em discussão e votação única o Projeto de Decreto Legislativo nº 075/16. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI Nº 499/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 195. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação, até o montante de R\$ 9.623.192,05, em favor das unidades orçamentárias: Fundo Previdenciário Capitalizado - FUNPRECAP, Fundo Especial do Corpo de Bombeiros Militar - FUNESBOM, Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Estado - FHEMERON e Instituto de Pesos e Medidas - IPEM

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – O Projeto se encontra sem parecer. Solicito ao Deputado Laerte Gomes para emitir o parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, trata-se do Projeto de autoria do Poder Executivo/Mensagem 195, Projeto de Lei 499/16, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação, até o montante de R\$ 9.623.192,05, em favor das unidades orçamentárias citadas pelo Secretário. Senhor Presidente, pela constitucionalidade, legalidade e boa redação técnica, somos de parecer favorável ao projeto, pelas Comissões Pertinentes.

(Às 18 horas e 22 minutos o senhor Maurão de Carvalho passa a presidência ao senhor Edson Martins)

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Quero registrar a presença do meu amigo Prefeito eleito, Cláudio, do município de Theobroma. Também o Vereador Abel, Vice-Prefeito eleito. Parabéns pela grande eleição de vocês. E o Vereador mais votado também, do município de Theobroma. Vereador Gilmar, parabéns. Muito obrigado pela presença.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do ilustre Deputado Laerte Gomes.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Discussão, Presidente. Só para acrescentar. Foi lido hoje um Requerimento de minha autoria, eu estou abrindo mão, não estou abrindo mão, nós iremos

aprovar o projeto, mas, o Requerimento irá tramitar de forma regular, junte ao processo e aguardo que o governo encaminhe todas as informações inerentes, porque tem aqui questões, infelizmente, remanejamento: promover acesso ao serviço público, inclusão, fortalecer o quê? Então a gente tem que saber o que está sendo discutido e aprovado. Então eu peço ao líder do governo que junte ao processo legislativo todas as informações inerentes que foram pré-questionadas no Requerimento que foi lido hoje, nesta tarde.

O SR. LAERTE GOMES – Deputado Jesuíno, Vossa Excelência exerce seu papel de parlamentar, sendo direito de Vossa Excelência, e correto, com certeza o governo, o planejamento estará enviando as informações, como sempre o fez, a Vossa Excelência. E eu queria lhe agradecer por Vossa Excelência, mesmo com pedido de informações, está permitindo que esse projeto seja votado e que as informações venham posteriormente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o Projeto. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI Nº 500/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 196. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por excesso de arrecadação, até o montante de R\$ 2.029.220,00, em favor da unidade orçamentária: Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza de Rondônia - FECOP/RO.

Olha, de novo. Tem um Requerimento meu, Presidente, de minha autoria. Solicito também que seja juntado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – No Projeto de Lei nº 500/16, falta o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. Solicito ao ilustre Deputado Marcelino Tenório para que possa proceder ao parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. LAERTE GOMES – Só solicitando, senhor Presidente, que nós vamos encaminhar o pedido, essa solicitação ao Planejamento do governo para mandar as informações necessárias, solicitadas pelo Deputado Jesuíno. E agradecer por ele estar, mesmo com o pedido de informação, autorizando que o projeto seja votado e que posteriormente as informações que ele aguarda.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Senhor Presidente, senhores Deputados e Deputadas. O Projeto de Lei nº 500/16 de autoria do Poder Executivo/Mensagem 196, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por excesso de arrecadação, até o montante de R\$ 2.029.220,00, em favor da unidade orçamentária: Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza de Rondônia - FECOP/RO.

Senhores Deputados, senhor Presidente, diante da legalidade e constitucionalidade do projeto, meu parecer é favorável pela aprovação da matéria, pelas Comissões pertinentes, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do ilustre Deputado Marcelino Tenório, Presi-

dente da Comissão de Constituição e Justiça. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI Nº 501/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 202. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit financeiro, até o montante de R\$ 480.140,00, em favor da unidade orçamentária: Fundo Estadual da Assistência Social - SEAS.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Lei nº 501/16, Mensagem do Poder Executivo se encontra sem parecer. Solicito ao Deputado Marcelino Tenório para que possa proceder ao parecer pelas Comissões pertinentes. Deputado Marcelino.

O SR. MARCELINO TENÓRIO - Projeto de Lei nº 501/16 de autoria do Poder Executivo/Mensagem 202, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit financeiro, até o montante de R\$ 480.140,00, em favor da unidade orçamentária: Fundo Estadual da Assistência Social – SEAS.

Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, Presidente, dentro da legalidade e constitucionalidade do Projeto, o meu parecer é pela aprovação do Projeto, senhor Presidente, pelas Comissões pertinentes.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do ilustre Deputado Marcelino Tenório.

O SR. JESUÍNO BOABAI – Discussão, Presidente. Eu critico por conta disso. Meu Requerimento, peço novamente que tramite. Mas olha só, mandaram um documento informando, R\$ 470 mil para a compra de veículos, equipamentos ou computadores. Quantos computadores são? Qual é o equipamento? Qual é o carro? É muito fácil mandar informação para a gente disponibilizar. Qual é o carro? Ir para Ouro Preto, para todo município. A SEAS, acabamos de aprovar o Fundo aqui, e agora essa situação da SEAS, de R\$ 470 mil. Então por conta disso que a gente cobra, que deve saber, todos os Deputados devem saber para onde está sendo encaminhado, qual é o produto que está sendo comprado, qual é o veículo que está sendo adquirido. Então, por conta disso, insisto novamente que o projeto deve seguir, mas, que o governo, no prazo regimental de 10 dias, me apresente às devidas informações até para a gente acompanhar qual está sendo as propostas dessas aquisições. Presidente, era isso que eu queria falar sobre essa minha questão.

O SR. LAERTE GOMES – Deputado Jesuíno, mais uma vez o Governo agradece a gentileza de Vossa Excelência, de conceder, de nos conceder de poder votar esse projeto importante, um recurso que é proveniente de uma reprogramação do saldo financeiro do exercício de 2015, que foi apurado no Balanço Patrimonial e que o Governo investe na aquisição de veículos, impressoras, aquisição de veículos e impressoras para o Programa Bolsa Família, para as regionais da SEAS de Guajará, Ariquemes, Jaru, Ouro Preto, Ji-Paraná, Rolim de Moura, Cacoal,

Vilhena e São Francisco onde serão realizadas ações de cadastramento de apoio técnico, controle social do programa. Isso vão ser investidos quatrocentos e setenta mil reais, Deputado Jesuíno, de um montante de quatrocentos e oitenta mil, cento e quarenta, e, dez mil reais para fazer a gestão de protagonismo do programa com fornecimento para os servidores de diárias para o monitoramento, apoio técnico e atuação intersetorial para o aumento dos indicadores sociais e saúde. É importante também dizer Deputado Jesuíno, que assim que, como nós estamos autorizando aqui e esse recurso já vai carimbado para aquisição desses bens, com certeza o Governo vai está enviando a cópia do processo, assim que abrir o processo, está autorizando encaminhar as informações. Mas, também encaminhamos a cópia do processo licitatório que vai está tudo designado lá e que vai ser comprado, até porque a autorização aqui é para que faça aquisição desses bens. Mas, de qualquer forma agradeço Vossa Excelência por está nos proporcionando votar esse projeto.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do ilustre Deputado Marcelino Tenório. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o projeto. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Secretário ad hoc) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 076/16 DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAI. Concede a Medalha do Mérito Legislativo, ao 3º Sargento PM Alcimar Lopes Almeida.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Decreto Legislativo 076/16. Falta o parecer da Comissão de Educação e Cultura. Deputado Adelino Follador que é da Comissão de Educação.

Eu também gostaria Deputado Jesuíno aqui de registrar e parabenizar, Vossa Excelência tem sido um Deputado muito atuante nesta Casa e quando fala de projeto de suplementação orçamentária por anulação, projeto importante que está sendo votado nesta tarde e Vossa Excelência abre mão para que possa depois ter as informações e cumprir com o seu papel de fiscalizar, que com certeza é o nosso papel nesta Casa. Parabéns por essa compreensão, que com certeza este projeto de suplementação é importante para dar celeridade ao processo e Vossa Excelência tem contribuído e mesmo assim não deixando de cumprir o seu papel de fiscalizar. Com a palavra o Deputado Adelino Follador.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Decreto Legislativo nº 076/16, que concede a Medalha do Mérito Legislativo, ao 3º Sargento PM Alcimar Lopes Almeida. Projeto de autoria do Deputado Jesuíno Boabai. Somos de parecer favorável tendo em vista pelo currículo, pelos dados que foi formado e com certeza o Deputado Jesuíno conhece bem o seu trabalho. Somos de parecer favorável pela Comissão de Educação, Senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do ilustre Deputado Adelino Follador. Em votação o parecer. Os Deputados favoráveis permaneçam como se

encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em discussão única e votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 076/16. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Secretário ad hoc) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 080/16 DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao 2º TEN. BM Newton Barroso Paz, por ter prestado relevantes serviços junto ao Corpo de Bombeiro Militar e Corpo de Bombeiro Mirim no município de Guajará-Mirim.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – O projeto se encontra sem parecer da Comissão de Educação e Cultura. Solicito ao Deputado Adelino Follador para proceder parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Decreto Legislativo nº 080/16 de autoria do Deputado Dr. Neidson que concede Medalha de Mérito Legislativo ao 2º TEN. BM Newton Barroso Paz, por ter prestado relevantes serviços junto ao Corpo de Bombeiro Militar e Corpo de Bombeiro Mirim no município de Guajará-Mirim. Somos de parecer favorável Senhor Presidente, pelo currículo, pelos dados que se encontram aqui no processo. Somos de parecer favorável pela Comissão de Educação, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do ilustre Deputado Adelino Follador. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em discussão única o Projeto de Decreto Legislativo nº 080/16. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Secretário ad hoc) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 081/16 DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Concede Medalha do Mérito Legislativo ao 2º SGT. BM Livaldo Barrozo Medeiros, por ter prestado relevantes serviços junto ao Corpo de Bombeiro Militar e Corpo de Bombeiro Mirim no Município de Guajará-Mirim.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Decreto Legislativo Nº 081/16 se encontra sem parecer da Comissão de Educação e Cultura, solicito ao ilustre Deputado Adelino Follador, para proceder parecer no Projeto.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Decreto Legislativo nº 081/16, de autoria do Deputado Dr. Neidson que concede Medalha do Mérito Legislativo ao 2º SGT. BM Livaldo Barrozo Medeiros, por ter prestado relevantes serviços junto ao Corpo de Bombeiro Militar e Corpo de Bombeiro Mirim no Município de Guajará-Mirim. Somos de parecer favorável pela Comissão de Educação, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do ilustre Deputado Adelino Follador. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em discussão única o Projeto de Decreto Legislativo nº 081/16. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAIID (Secretário ad hoc) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 077/16 DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAIID. Concede a Medalha do Mérito Legislativo, ao 3º Sargento PM Erivaldo Gusmão de Paula.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Decreto Legislativo nº 077/16, falta parecer da Comissão de Educação. Solicito ao Deputado Adelino Follador para que possa proceder parecer pela Comissão de Educação e Cultura.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Decreto Legislativo nº 077/16, de autoria do Deputado Jesuíno Boabaid que concede a Medalha do Mérito Legislativo, ao 3º Sargento PM Erivaldo Gusmão de Paula. Somos de parecer favorável senhor Presidente, pelo histórico, pelos dados que tem aqui, somos de parecer favorável pela Comissão de Educação e Cultura.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do ilustre Deputado Adelino Follador. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em discussão única o Projeto de Decreto Legislativo nº 077/16. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAIID (Secretário ad hoc) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 079/16 DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao 1º SGT. BM RE 0263-2 Raimundo Pinto dos Santos, por ter prestado relevantes serviços junto ao Corpo de Bombeiro Militar no Município de Guajará-Mirim.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Ao Projeto falta parecer da Comissão de Educação e Cultura. Solicito ao ilustre Deputado Adelino Follador para que possa proceder parecer pela Comissão de Educação e Cultura.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Decreto Legislativo nº 079/16, de autoria do Deputado Dr. Neidson, que concede Medalha de Mérito Legislativo ao 1º STG. BM RE 0263-2 Raimundo Pinto dos Santos, por ter prestado relevantes serviços junto ao Corpo de Bombeiro Militar no Município de Guajará-Mirim. Somos de parecer favorável pela Comissão de Educação, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do ilustre Deputado Adelino Follador. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em discussão única o Projeto de Decreto Legislativo nº 079/16. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAIID (Secretário ad hoc) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 082/16 DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Concede Medalha do Mérito Legislativo ao 1º SGT. BM Josimar Ribeiro Bragado, por ter prestado relevantes serviços junto ao Corpo de Bombeiro Militar e Corpo de Bombeiro Mirim no Município de Guajará-Mirim.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Decreto Legislativo, falta parecer da Comissão de Educação e Cultura. Solicito ao ilustre Deputado Adelino Follador para que possa proceder parecer pela Comissão de Educação e Cultura.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Decreto Legislativo nº 082/16, concede Medalha de Mérito Legislativo ao 1º STG. BM Josimar Ribeiro Bragado, por ter prestado relevantes serviços junto ao Corpo de Bombeiro Militar e Corpo de Bombeiro Mirim no Município de Guajará-Mirim. Somos de parecer favorável, senhor Presidente, pela Comissão de Educação e Cultura.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do ilustre Deputado Adelino Follador. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em discussão única o Projeto de Lei nº 082/16. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAIID (Secretário ad hoc) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 083/16 DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao 1º SGT. BM Salvador dos Santos Silva Júnior, por ter prestado relevantes serviços junto ao Corpo de Bombeiros Militar e Bombeiro Mirim no município de Guajará-Mirim.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Decreto Legislativo nº 083/16 de autoria do ilustre Deputado Dr. Neidson, se encontra sem parecer da Comissão de Educação e Cultura. Solicito ao Deputado Adelino Follador para que possa proceder parecer pela Comissão de Educação e Cultura.

O SR. ADELINO FOLLADOR – É de autoria do Deputado Dr. Neidson, Projeto de Decreto legislativo 083/16, concede Medalha de Mérito Legislativo ao 1º SGT. BM Salvador dos Santos Silva Júnior, por ter prestado relevantes serviços junto ao Corpo de Bombeiros Militar e Bombeiro Mirim no município de Guajará-Mirim. Somos de parecer favorável pela Comissão de Educação Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do ilustre Deputado Adelino Follador. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em discussão única o projeto. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado o Projeto de Decreto Legislativo 083/16. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 085/16 DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Concede Medalha do Mérito Legislativo à Senhora Sonia Maria Duarte de Souza Bragado, por ter prestado relevantes serviços de forma voluntária ao Corpo de Bombeiro Mirim no município de Guajará-Mirim.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Decreto Legislativo nº 085/16 se encontra sem parecer da Comissão de Educação e Cultura. O Ilustre Deputado Adelino Follador vai proceder parecer pela Comissão de Educação e Cultura.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Decreto Legislativo nº 085/16, concede Medalha do Mérito Legislativo a senhora Sonia Maria Duarte de Souza Bragado, por ter prestado relevantes serviços de forma voluntária ao Corpo de Bombeiros Mirim no município de Guajará-Mirim, de autoria do Deputado Neidson. Somos de parecer favorável pela Comissão de Educação e Cultura, Sr. Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do ilustre Deputado Adelino Follador. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em discussão única o Projeto de Decreto Legislativo nº 085/16. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 086/16 DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Cabo PM Henry Gomes Teske, por ter prestado relevantes serviços junto ao 6º Batalhão de Polícia Militar de Guajará-Mirim.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – No Projeto falta parecer da Comissão de Educação e Cultura. Solicito a Ilustre Deputada Lúcia Tereza para que possa proceder parecer pela Comissão de Educação e Cultura.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Nós pedimos que Vossas Excelências aprovelem essa proposição do Deputado Neidson, e o Relator é o Deputado Jesuíno, que nós...

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Deputada Lúcia, gostaria só de pedir a Vossa Excelência que registrasse a presença, que Vossa Excelência ainda consta como ausente.

A SRA. LÚCIA TEREZA - O parecer é para que os Deputados possam votar favorável pela Comissão de Educação, favorável.

O SR. LAERTE GOMES – Sr. Presidente só para o senhor solicitar dos Deputados que estiverem nos gabinetes, nas galerias para virem que nós temos votação de matérias importantes na segunda votação.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável da ilustre Deputada Lúcia Tereza. Em

discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em discussão única o Projeto de Decreto Legislativo nº 086/16. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 084/16 DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Superintendente do Incra Cletho Muniz de Brito.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Falta parecer da Comissão de Educação. Solicito a ilustre Deputada Lúcia Tereza, Presidente da Comissão de Educação para que possa proceder parecer por essa Comissão.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Projeto de Decreto Legislativo 084/16 de autoria do Deputado Jesuíno, nós pedimos que aprove essa Medalha de Mérito Legislativo ao Superintendente do Incra, Cletho Muniz de Brito. Peça que votem favoráveis.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável da Deputada e professora Lúcia Tereza, grande Líder do município e da região de Espigão do Oeste. Em discussão o parecer. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em discussão única o Projeto de Decreto Legislativo nº 084/16. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado com 01 voto de abstenção do Deputado Lazineiro, que se abstém do voto.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 087/16 DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao 3º Sargento PM Afrânio dos Santos Teixeira, por ter prestado relevantes serviços junto ao 6º Batalhão de Polícia Militar no município de Guajará-Mirim.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Falta parecer da Comissão de Educação e Cultura. Solicito ao Deputado Adelino Follador proceder parecer pelas Comissões Pertinentes.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Projeto de Decreto Legislativo nº 087/16 de autoria do Deputado Dr. Neidson que concede Medalha de Mérito Legislativo ao 3º Sargento PM Afrânio dos Santos Teixeira, por ter prestado relevantes serviços junto ao 6º Batalhão de Polícia Militar no município de Guajará-Mirim. Somos de parecer favorável pela Comissão de Educação, Sr. Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do ilustre Deputado Adelino Follador. Em votação o parecer. Os Deputados favoráveis permaneçam como

se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em discussão única o Projeto de Decreto Legislativo nº 087/16. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 088/16 DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Cabo PM Roberto de Menezes Mascarenhas por ter prestado relevantes serviços junto ao Centro de Correição do 6º Batalhão de Polícia Militar no Município de Guajará-Mirim.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Decreto Legislativo nº 088/16, falta parecer da Comissão de Educação e Cultura. Solicito ao ilustre Deputado Adelino Follador para que possa proceder parecer pela Comissão de Educação e Cultura.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Decreto Legislativo nº 088/16, que concede Medalha de Mérito Legislativo ao Cabo PM Roberto de Menezes Mascarenhas por ter prestado relevantes serviços junto ao Centro de Correição do 6º Batalhão de Polícia Militar no Município de Guajará-Mirim. Somos de parecer favorável, Sr. Presidente, pela Comissão de Educação.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do ilustre Deputado Adelino Follador. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em discussão única o Projeto de Decreto Legislativo nº 088/16. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 089/16 DO DEPUTADO LEBRÃO. Concede Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao Senhor Ricardo Augusto Ferreira Costa Neves.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Falta parecer da Comissão de Educação e Cultura. Solicito ao ilustre Deputado Adelino Follador para que possa proceder parecer pela Comissão de Educação e Cultura.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Sr. Presidente, Projeto de Decreto Legislativo nº 089/16 de autoria do Deputado Lebrão que concede Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao Senhor Ricardo Augusto Ferreira Costa Neves. Somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes, Sr. Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do ilustre Deputado Adelino Follador. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em discussão única o Projeto de Decreto Legislativo nº 089/16. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa na forma regimental nos termos do parágrafo único do artigo 199 do Regimento Interno seja dispensado o interstício regimental para apreciação em segunda discussão e votação dos Projetos de Lei: 469/16, 494/16, 499/16, 500/16 e 501/16.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento do ilustre Deputado Jesuíno Boabaid. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) - Não há mais matéria, Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Não há mais matérias. Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Extraordinária para em seguida, a fim de apreciarmos em segunda discussão e votação as matérias aprovadas nesta Sessão.

Está encerrada esta Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 18 horas e 54 minutos)

**ATA DA 55ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 9ª LEGISLATURA.**

Em 18 de outubro de 2016

Presidência do Sr.

EDSON MARTINS - 1º Vice-Presidente

Secretariado pelo Sr.

JESUÍNO BOABAID - Deputado

(Às 18 horas e 58 minutos é aberta a Sessão)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Airton Gurgacz (PDT), Alex Redano (PRB), Cleiton Roque (PSB), Edson Martins (PMDB), Jesuíno Boabaid (PMN), Laerte Gomes (PSDB), Lazinho da Fetagro (PT), Lúcia Tereza

(PP), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PMDB) e Saulo Moreira (PDT).

DEPUTADOS AUSENTES: Dr. Neidson (PMN), Ezequiel Júnior (PSDC), Glaucione (PMDB), Hermínio Coelho (PDT), Jean Oliveira (PMDB), Lebrão (PMDB), Leo Moraes (PTB), Luizinho Goebel (PV), Ribamar Araújo (PR), Rosângela Donadon (PMDB) e Só Na Bença (PMDB).

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 55ª Sessão Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 9ª Legislatura.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura da ata da Sessão Extraordinária anterior.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – Peço a dispensa da leitura da ata da Sessão Extraordinária anterior, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Está dispensada a leitura da ata da Sessão anterior e determino sua publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa.

A SRA. LÚCIA TEREZA - Questão de Ordem, senhor Presidente?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não, Deputada Lúcia.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Queria registrar aqui a presença do Vereador Genézio, nosso amigo lá de Espigão d'Oeste, parabenizar aí pela reeleição. Parabéns.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Então, que bom, não é Genézio, que você não é conhecido só pelo seu trabalho e por mim, pelo Deputado Adelino também. Eu gostaria também, gostaria e faço com gratidão aqui a presença do Décio, que foi Vereador por vários mandatos, foi candidato a Prefeito de Espigão d'Oeste, numa campanha limpa, numa campanha organizada, sozinho, sem doações e conseguiu eleger Vereadores da sua coligação, sendo o mais votado o Genézio, o Rega e o Aluizio, o segundo mais votado da coligação dele. Quer dizer, partiu dele a atitude. E que o Décio, mesmo que é... O Décio eu vejo assim, Espigão, Décio não perdeu a campanha. Eu falo de coração e de público a todos os meus colegas Deputados aqui, que sabem da minha franqueza, que às vezes até machuca, mas Espigão perdeu um Prefeito bem humano, bem sensível naquilo que mais toca, e que mais nós estamos tendo dificuldade no Brasil, Deputado Airton, que é a saúde. Então, eu sinto, foi uma pessoa que deixou de ser candidato a Deputado Estadual para me ajudar e me ajudou muito, porque senão não seria Deputada se ele tivesse saído. Talvez ele não tivesse ganhado a eleição, mas eu também não. Eu vejo assim. Mas eu quero aqui agradecer, Décio, e dizer que a missão, muitas vezes a missão

que Deus dá para a gente não é a mais fácil. Às vezes você estoura um pneu aqui para não tombar lá na frente. Eu tenho certeza disso. E você, como tem fé em Deus, e você e sua esposa, lá na minha casa, está na mão de Deus e Ele sabe o que é melhor para você e sua família. Mas que deixa um legado importantíssimo na história de Espigão até aqui. Logicamente que você vai reescrever outras histórias, eu tenho certeza disso. Porque política, para uns é emprego e para outros é uma missão, mesmo sem estar no mandato eu sei que você vai ajudar, você vai se interessar, você vai ficar atento e você vai persistir para que Espigão d'Oeste continue a crescer e ter paz. Quero aqui agradecer ao Severino Schulz, que é o Vereador que não deixa o Prefeito em paz nenhum minuto, por causa das pontes, por causa das estradas, ambulância. Um Vereador que trabalhou muito, não conseguiu chegar porque existe isso na política partidária, às vezes as pessoas têm inveja até do trabalho da gente e aí entra para atrapalhar. Sabe que não vai ganhar. Foi isso que aconteceu com o Severino, não por isso ele é menos querido dos que ganharam. O Adriano da Ambulância também foi Vereador, continuou trabalhando, não se afastou do trabalho, continuou servindo as pessoas doentes. Não conseguiu chegar, mas nem com isso o seu trabalho não foi reconhecido. Muitas vezes a gente, perante o mundo, às vezes a gente não tem a gratidão, mas perante Deus o seu trabalho foi cuidadoso e isso agrada muito a Deus. O Sedi, que é lá do Pacarana, que eu sempre falo aqui, 90 quilômetros de Espigão, eu digo sempre para ele que ele foi um homem que perdeu a eleição por ser leal e fiel ao Prefeito de Espigão e matou ele no ninho, não dando condição de fazer nada no distrito dele. Mas não desmerece ele, um homem de caráter, um homem de trato. Ele tratou que ia ser leal e foi leal até o fim, não levando, com isso, nada para o seu distrito. E isso, lógico, descontentou a comunidade. Mas o Sedi, o homem, o morador do Pacarana é querido por todos. Então a gente sabe que vai fazer falta. Mas ninguém é insubstituível, Sedi e tomara que o que ganhou lá possa fazer um trabalho, e tomara, eu peço a Deus que o próximo Prefeito seja parceiro do Poder Legislativo. Porque nós aqui também, muitas vezes senhores Vereadores, ficamos aprovando e sendo parceiros do Governador, na tentativa de ele ajudar os Deputados a solucionar, a minimizar os problemas dos municípios e às vezes a gente perde o tempo e não consegue. Então eu me coloco no lugar de vocês. Eu agrado o Governador, eu aprovo projeto, quando eu vou pedir asfalto, quando eu vou pedir o Corpo de Bombeiros, mas tudo tem limite. E meu poder de tolerância, infelizmente, está quase chegando ao fim porque eu tenho que dar resposta ao podo de Espigão, ao povo do meu Estado. Mas nem com isso eu preciso ser contrária ao Governador. Eu quero ser, eu sou governista porque eu quero ajudar, mas também quero ser atendida nos meus pleitos, porque eles têm a origem, tem uma origem que é certificada, são as necessidades do povo. E é para isso que a gente é eleita, não só para fazer leis e nem fiscalizar, mas também para levar, minimizar os problemas que os nossos municípios têm. Parabéns, muito obrigado de vocês terem vindo, eu es-

tarei sempre aqui enquanto puder, somando para poder dividir os problemas. Muito obrigado a todos pela presença.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Passamos a Ordem do Dia. Solicito ao Senhor Secretário que proceda a leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 469/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 165. Altera dispositivos da Lei nº 688, de 27 de dezembro de 1996, que instituiu o Imposto sobre Operações relativas a Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 469/16. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 499/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 195. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação, até o montante de R\$ 9.623.192,05, em favor das Unidades Orçamentárias: fundo Previdenciário Capitalizado – FUNPRECAP, Fundo Especial do Corpo de Bombeiros Militar – FUNESBOM, Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Estado – FHEMERON e Instituto de Pesos e Medidas – IPEM.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 499/16. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 500/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 196. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por excesso de arrecadação, até o montante de R\$ 2.029.220,00, em favor da Unidade Orçamentária: Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza de Rondônia – FECOP/RO.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 500/16. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 501/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 202. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit

financeiro, até o montante de R\$ 480.140,00, em favor da Unidade Orçamentária: Fundo Estadual da Assistência Social – SEAS.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em segunda discussão o Projeto de Lei 501/16. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente. Próxima matéria.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 494/16 DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Dispõe sobre a obrigatoriedade de cumprimento de termo de compromisso firmado pelos representantes legais dos Poderes, órgãos, Entidades ou Empresas com os proponentes junto a Assembleia Legislativa.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 494/16. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – Não há mais matéria a ser discutida, Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Encerrada a Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e antes de encerrar esta Sessão, convoco Sessão Ordinária para o dia 25 de outubro, no horário regimental, ou seja, às 15:00 horas.

Está encerrada esta Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 19 horas e 09 minutos)

ASSESSORIA DA MESA

ATA DA QUINQUAGÉSIMA QUINTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA NONA LEGISLATURA

Aos dezoito dias do mês de outubro do ano dois mil e dezesseis, às dezoito horas e cinquenta e oito minutos, reuniu-se a Assembleia Legislativa do Estado, extraordinariamente, sob a Presidência do Senhor Deputado Edson Martins – 1º Vice-Presidente; Secretariada pelo Senhor Deputado Jesuíno Boabaid; com as presenças dos Senhores Deputados Adelino Follador, Aécio da TV, Airton Gurgacz, Alex Redano, Cleiton Roque, Edson Martins, Jesuíno Boabaid, Laerte Gomes, Lazineiro da

Fetagro, Marcelino Tenório, Maurão de Carvalho, Saulo Moreira e Senhora Deputada Lúcia Tereza; e ausências dos Senhores Deputados Dr. Neidson, Ezequiel Júnior, Hermínio Coelho, Jean Oliveira, Lebrão, Léo Moraes, Luizinho Goebel, Ribamar Araújo, Só na Bença e senhoras Deputadas Glaucione e Rosângela Donadon. Havendo número regimental o Senhor Presidente declarou aberta a sessão. A ata da sessão extraordinária anterior foi dada por lida e aprovada e o Senhor Presidente determinou a publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa. Passando-se à ORDEM DO DIA, foram aprovados em segunda discussão e votação, pelo processo de votação simbólica, por maioria de votos, os seguintes Projetos de Lei de autoria do Poder Executivo nºs.: 469/16 – M 165 que “Altera dispositivos da Lei nº 688, de 27 de dezembro de 1996, que instituiu o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS; 499/16 – M 195 que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Anulação, até o montante de R\$ 9.623.192,05, em favor das Unidades Orçamentárias: Fundo Previdenciário Capitalizado – FUNPRECAP, Fundo Especial do Corpo de Bombeiros Militar – FUNESBOM, Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Estado – FHEMERON e Instituto de Pesos e Medidas – IPEN”; 500/16 – M 196 que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação, até o montante de R\$ 2.029.220,00, em favor da Unidade Orçamentária: Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza de Rondônia – FECOEP/RO”; 501/16 – M 202 que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por *Superávit* Financeiro, até o montante de R\$ 480.140,00, em favor da Unidade Orçamentária: Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS”; e Projeto de Lei nº 494/16 de autoria do Deputado Jesuíno Boabaid que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de cumprimento de termo de compromisso firmado pelos representantes legais dos Poderes, Órgãos, Entidades ou Empresas com os proponentes junto à Assembleia Legislativa”. Nada mais havendo a tratar, e antes de encerrar a presente sessão, o Senhor Presidente convocou sessão ordinária para o dia 25 de outubro, no horário regimental, às 15:00 horas. Para constar, o Secretário da sessão determinou a lavratura desta ata, que após lida e aprovada será devidamente assinada pelo Presidente e Secretários da sessão. Plenário das Deliberações, às dezenove horas e nove minutos do dia dezoito de outubro do ano dois mil e dezesseis.

**ATA DA QUINQUAGÉSIMA SEXTA SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA NONA LEGISLATURA**

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano dois mil e dezesseis, às dezoito horas e oito minutos, reuniu-se a Assembleia Legislativa do Estado, extraordinariamente, sob a Presidência do Senhor Deputado Aécio da TV; Secretariada

pelo Senhor Deputado Airton Gurgacz; com as presenças dos Senhores Deputados Adelino Follador, Aécio da TV, Airton Gurgacz, Alex Redano, Dr. Neidson, Ezequiel Júnior, Hermínio Coelho, Jesuíno Boabaid, Lazinho da Fetagro, Lebrão, Luizinho Goebel, Marcelino Tenório, Maurão de Carvalho, Ribamar Araújo, Saulo Moreira, Só na Bença e Senhora Deputada Rosângela Donadon; e ausências dos Senhores Deputados Cleiton Roque, Edson Martins, Jean Oliveira, Laerte Gomes, Léo Moraes, e senhoras Deputadas Glaucione e Lúcia Tereza. Havendo número regimental o Senhor Presidente declarou aberta a sessão. A ata da sessão extraordinária anterior foi dada por lida e aprovada e o Senhor Presidente determinou a publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa. Passando-se à ORDEM DO DIA, foram aprovados em primeira discussão e votação, pelo processo de votação simbólica, por maioria de votos: Projeto de Lei nº 505/16 de autoria do Poder Executivo/M 204 que “Autoriza o Poder Executivo a repassar recursos, a título de auxílio financeiro aos médicos participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil, em atuação junto ao Governo do Estado de Rondônia, na Unidade de Saúde Social Fluvial – USSF Walter Bártolo”, com dois votos contrários dos Senhores Deputados Jesuíno Boabaid e Hermínio Coelho; Projeto de Lei nº 361/16 de autoria do Deputado Aécio da TV que “Dispõe sobre o desenvolvimento de programas de orientação vocacional e profissional em benefício dos alunos de ensino médio no Estado de Rondônia”. Nada mais havendo a tratar, e antes de encerrar a presente sessão, o Senhor Presidente convocou sessão extraordinária para em seguida, com a finalidade de apreciarem em segunda discussão e votação os Projetos aprovados nesta sessão. Para constar, o Secretário da sessão determinou a lavratura desta ata, que após lida e aprovada será devidamente assinada pelo Presidente e Secretários da sessão. Plenário das Deliberações, às dezoito horas e vinte e um minutos do dia vinte e cinco de outubro do ano dois mil e dezesseis.

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

ATO Nº 017/2016-P/ALE

Cancela a realização da sessão ordinária do dia 1º de novembro de 2016 e das reuniões de Comissões.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º. Cancelar a realização da sessão ordinária do dia 1º de novembro de 2016, bem como das reuniões de Comissões Permanentes previstas para o mesmo dia.

Art. 2º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, 26 de outubro de 2016.

Deputado MAURÃO DE CARVALHO
Presidente – ALE/RO

SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE PRORROGAÇÃO **Pregão Presencial nº 009/2016/CPP/ALE/RO** **Processo Administrativo nº 13855/2016-22**

A Superintendência de Compras e Licitações - SCL, através da Comissão Permanente de Pregão - CPP, nomeada pelo ATO Nº 3588/2015-SRH/P/ALE, através de seu Pregoeiro, vem a público comunicar a PRORROGAÇÃO da sessão pública de abertura do pregão supracitado, tendo como finalidade o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição, de forma parcelada, de água mineral em garrafas de 20 (vinte) litros para reposição e garrafas de meio litro descartáveis, a pedido do Departamento de Logística, para atender as necessidades da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, inicialmente marcada para o dia 04 de novembro de 2016, às 08h00min, foi prorrogada para o dia 11 de novembro de 2016, às 8:00hs, em face da edição do Ato nº 015/2016 – SG, que estabeleceu ponto facultativo em todos os setores desta Casa de Leis no dia 01 de novembro de 2016 (terça-feira), data que antecede o feriado nacional de Finados, ficando reaberto o prazo inicialmente estabelecido nos termos do Art. 21, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/93.

Porto Velho-RO, 25 de outubro de 2016.

Lourdes Terezinha Lena
Pregoeira Substituta ALE/RO
Mat. 100007543

Milton Neves de Oliveira
Superintendente – SCL/ALE/RO
Mat. 200160381

ADVOCACIA GERAL

Acordo de Cooperação Técnica TCE / ALE

Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia com o objetivo de cedência sem ônus de servidores, amparado em dispositivo legal ([Lei 154](#), Art. 3ºC).

O **Tribunal de Contas do Estado de Rondônia**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.801.221/0001-10, a seguir denominado TCE/RO, sediado na Av. Presidente Dutra, nº 4229, Bairro Pedrinhas, Porto Velho, Rondônia, neste ato representado por seu Presidente, Conselheiro EDILSON DE SOUSA SILVA, de acordo com a competência legal e regimental que lhe é conferida; e a **Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia**, neste ato representado por seu Presidente, MAURÃO DE CARVALHO, sediada na rua Major Amarante, 390, Arigolândia, CEP 76.801-911, Porto Velho, Rondônia (ALE-RO), doravante denominados PARTÍCIPES, representados pelos seus respectivos titulares ou representantes legais, celebram o presente Acordo de Cooperação Técnica, doravante denominado ACORDO, nos termos do Art. 3ºC da [Lei 154 de 26 de julho de 1996](#), incluído pela [Lei Complementar nº 806/14](#), mediante as cláusulas e as condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.- O presente ACORDO tem por objeto estabelecer cooperação técnica entre os PARTÍCIPES visando à realização de trabalhos a serem desenvolvidos no âmbito do Tribunal de Contas, por intermédio do Escritório de Projetos, contemplando a cessão de servidores e o desenvolvimento de projetos estratégicos na Corte de Contas afetos à modernização dos trabalhos administrativos junto à administração estadual e municipais.

2.– Faz parte do escopo deste ACORDO a cessão de servidores para atuarem nas instalações do CESSIONÁRIO, sem ônus, com designação exclusivamente para o Escritório de Projetos e outros setores demandantes de projetos estratégicos.

3.O desenvolvimento conjunto de ações pedagógicas e projetos institucionais de interesse comum, mediante a utilização recíproca de infraestrutura, canais de comunicação, apoio técnico e logístico.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESIGNAÇÃO DOS SERVIDORES, DO INÍCIO DO EXERCÍCIO, DA CARGA HORÁRIA E DA AUSÊNCIA

4.A designação dos servidores será precedida das seguintes cautelas:

a.O CEDENTE expedirá ofício ao CESSIONÁRIO encaminhando a relação dos servidores que tenham ingressado na Assembleia Legislativa através de concurso público ou outro meio autorizado em lei.

b.O CESSIONÁRIO, com base na relação, solicitará da CEDENTE, o envio de certidões cíveis e criminais dos servidores para preliminar análise.

c.A carga horária dos servidores deverá ser compatível com a dos funcionários do CESSIONÁRIO, resguardando-se entretanto, a jornada de trabalho prevista pelo Parlamento.

d.A produtividade do servidor cedido será controlada pelo TCE-RO e por meio de relatório mensal de atividades elaborados pelos servidores cedidos e ratificados pelo Escritório de Projetos do Tribunal de Contas, os quais serão remetidos à ALE-RO, arquivando-se no TCE-RO cópia deles para simples controle e comunicação de eventuais irregularidades cometidas.

e.As faltas no serviço deverão ser comunicadas juntamente com a frequência do servidor, assim como as ausências, férias, licença-saúde ou qualquer espécie de ocorrência que resulte na irregularidade da frequência e produtividade.

5.É facultada a substituição ou devolução do servidor, mediante prévia comunicação.

6.Aplicam-se para os casos de substituição as cautelas constantes do item 4.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CESSIONÁRIO

7.Zelar pela observância da jornada de trabalho do servidor, a fim de evitar carga horária superior ao previsto junto à ALE-RO.

8.Estar ciente de que o servidor cedido não poderá executar serviços ou praticar atos que demandem fé pública.

9.Cumprir rigorosamente o disposto no item 4.

10.Estar ciente de que a CEDENTE, após formal comunicação, poderá solicitar substituição ou o retorno do servidor, segundo seu alvedrio.

11.Promover o esclarecimento que porventura vierem a ser solicitados pelo CEDENTE.

12.Fiscalizar os serviços desenvolvidos pelo servidor cedido.

13.Comunicar, com antecedência de 30(trinta) dias, o seu interesse em promover a substituição do servidor cedido.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CEDENTE

14.Estar ciente de que são de sua inteira responsabilidade os pagamentos de todas as despesas com remunerações encargos previdenciários e trabalhistas, bem como quaisquer outros que

porventura integrem os salários, bem como outros que porventura integrem os salários ou vencimentos dos servidores.

15.Responsabilizar-se por qualquer ato irregular praticado pelo servidor cedido, independente de dolo ou culpa, bem como gerenciar sua frequência (folha de ponto ou outro meio) a partir dos relatórios de produtividade remetidos pelo TCE-RO.

16.Certificar-se de que os servidores cedidos estão cientes de que deverão cumprir todos os regulamentos internos do CESSIONÁRIO sem exceção.

17.Acolher ou justificar, em 30 (trinta) dias, a comunicação do CESSIONÁRIO para fins do item 17.

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO DA VIGÊNCIA

18.O prazo de vigência do presente termo de convênio é de 4 (quatro) anos, iniciando-se a partir de sua formalização, podendo ser renovado mediante prévia manifestação com antecedência mínima de 02 (dois) meses.

CLÁUSULA SEXTA- DA RESCISÃO CONRATUAL

19.Este Termo de Adesão poderá ser rescindido a qualquer tempo por qualquer das partes nele envolvidas, mediante comunicação escrita do interessado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

20. Fica eleito, desde já, o Foro da Comarca da Capital, com renúncia expressa de qualquer outro Juízo, por mais privilegiado que seja, para serem dirimidas as questões que porventura surgirem em função do presente instrumento.

21.Nada mais. Lido e achado conforme pelas partes, perante testemunhas, lavrou-se este instrumento de Termo de Adesão para a cessão de servidores sem ônus, em 03 (três) vias de igual teor, por todos assinados, visto que foram atendidas as formalidades legais.

Porto Velho, 14 de setembro de 2016

EDILSON DE SOUSA SILVA

Presidente – TCE-RO

MAURÃO DE CARVALHO

Presidente da ALE-RO

SEC. DE PLAN. E MOD. DA GESTÃO**PORTARIA Nº 020 SPMG-ALE/2016**

Porto Velho, 25 de outubro de 2016.

Ajusta o Quadro de Detalhamento da
Assembleia Legislativa do Estado de
Rondônia

O Secretário de Planejamento e Modernização da Gestão da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe confere o Ato nº 001/2014-MD/ALE e conforme autorização contida na Lei nº 3.745/2015, § 1º, do Artigo 7º, Lei Orçamentária Anual.

RESOLVE:

Art. 1º Promover Ajuste necessário ao Quadro de Detalhamento da Despesa, para atender as necessidades, conforme abaixo:

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
AJUSTE NEGATIVO				
01.001.04.122.2013.1052	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA MODERNIZAR A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	3.3.90.35	100	50.000,00
TOTAL				50.000,00

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
AJUSTE POSITIVO				
01.001.04.122.2013.1052	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA MODERNIZAR A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	3.3.90.14	100	50.000,00
TOTAL				50.000,00

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Luciano dos Santos Guimarães
Secretário de Planejamento e Modernização da Gestão